DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8109 • SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Mortes por dengue batem recorde no Brasil: 1.116 mortes em 2024

Medicina e Saúde Pág.12

Na última segunda-feira, 8, o Brasil alcançou o maior número de mortes confirmadas por dengue em um ano desde que os registros começaram em 2000. Conforme o mais recente relatório do Painel de Monitoramento de Arboviroses do Ministério da Saúde, foram contabilizados 1.116 óbitos pela doença nas primeiras 13 semanas de 2024. Esse valor ultrapassa as 1.079 vítimas registradas ao longo de todo o ano passado, que detinha o recorde anterior. Entretanto, é possível que esse número cresça ainda mais. De acordo com o departamento, 1.807 mortes estão atualmente sob investigação.

(Foto: Brasil Escola)

Apenas nos primeiros meses de 2024, 1.256 óbitos foram confirmados, número maior do que o registrado em todo o ano de 2023.

Contexto Jurídico Pág.10

Reviravolta no STF: Plenário será responsável por julgar recursos em ADIs estaduais

Leis e Projetos Pág.02

Zero Tolerância: Descumprir Medida Protetiva é Sentença Imediata de Prisão

Política Pág.03

Barroso pauta processo sobre Lava Jato que implica Moro e Deltan

O presidente do CNJ e do STF, Luís Roberto Barroso, pautou para a próxima terça-feira, 16, uma investigação sobre a atuação da Lava Jato em Curitiba. A votação poderá resultar na abertura de procedimentos disciplinares contra os magistrados e servidores da força-tarefa, incluindo o senador Sergio Moro e o ex-procurador Deltan Dallagnol.

Economia Pág.04

Confiança da indústria volta a recuar em abril

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), medido pela CNI retrocedeu para 51,5 pontos em abril, com recuo de 1,3 ponto em relação aos 52,8 pontos registrados em março.

Esportes Pág.08

Guarani se reinventa após negociação de Régis e mira novo meia

Internacional Pág.05

Pais de autor de chacina são sentenciados a até 15 anos de prisão

Política Pág.03

PL articula revogação da prisão de Brazão imposta por Moraes

Integrantes da sigla dizem que não há fundamentação que justificaria a prisão

(Foto: Agência Câmara)

Relatório da PF aponta que Brazão o mandante do assassinato da ex-vereadora do Rio Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

O PL, partido do ex-presidente Bolsonaro, está articulando a revogação da prisão, determinada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), detido preventivamente sob a acusação de ser o mandante do assassinato da ex-vereadora do Rio Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. A CCJC da Câmara iniciou ontem, 10, o julgamento do relatório favorável a manter preso o deputado. Integrantes da sigla dizem que não há fundamentação que justificaria a prisão em caso de flagrante de crime inafiançável - condição a qual um congressista pode ser preso e sustentam que ele precisaria, primeiramente, ser cassado no Conselho de Ética. PP e União Brasil já indicaram que vão liberar suas bancadas para decidir como votar no caso da prisão.

Economia Pág.04

Auditoria com TCU vai avaliar retenção de dividendos da Petrobras

Esportes Pág.08

Decisão final: Daniel Alves permanece em liberdade provisória

Economia Pág.04

Inflação para renda mais baixa avança 0,19% março

Internacional Pág.05

França ameaça com sanções e Turquia limita exportação de produtos a Israel

Economia Pág.04

Inflação desacelera para alta de 0,16% em março

Internacional Pág.05

Ex-vice-presidente é preso por traição e corrupção na Venezuela

Esportes Pág.08

As possíveis ocupações de Robinho dentro da prisão: saiba mais sobre o cotidiano do jogador

Meio Ambiente Pág.13

Estudo aponta que 1,3 milhão de brasileiros serão afetados por elevação do mar

Economia Pág.04

Produção de motos fecha 1º trimestre com alta de 10,3%

Com 438.038 unidades produzidas entre janeiro e março, no melhor desempenho dos últimos 13 anos, a produção de motos no País voltou a crescer em março e encerrou o primeiro trimestre com uma alta de 10,3% ante o mesmo período de 2023.

CONSUMO DE SAL

Existem diferentes tipos de sal no supermercado. Mas será que algum deles tem mais efeitos sobre a saúde? Veja algumas opções e suas características.

Salgante
100% cloreto de potássio
> Não tem sódio, mas gosto não é igual
> Deve ser consumido com cautela, pois tem maior concentração de potássio

Sal rosa do Himalaia
Em 1g há 230 mg de sódio
> Puro, rico em nutrientes, tempera, acumula menos no organismo
> Possui funções benéficas, como auxiliar na saúde vascular e reduzir sinais do envelhecimento

Sal marinho
Em 1g há 420 mg de sódio
> Passou por menos processos químicos do que o sal comum, conserva vários minerais além do sódio e do cloro.
> A troca do sal refinado pelo marinho não pode ser considerada benéfica, pois quantidades de sódio são similares

Sal light
50% menos sódio por porção se comparado com o sal de cozinha
> É feito com metade de cloreto de sódio e metade de cloreto de potássio
> Salga menos a comida, por ter menos sódio.
> Não deve ser usado em quantidade maior que 5 g por dia
> É indicado para pessoas com pressão alta;
Deve ser evitado por pacientes com doenças renais

FONTE www.nutritotal.com.br, G1 — INFOGRAFFO

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

SAÚDE

Saúde: Brasil está entre os países que mais relatam nunca ter fumado
https://shre.ink/8KNs

Medicina e Saúde Pág.11

Estudo revela que consumir conteúdos com velocidade aumentada pode causar danos à saúde mental

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,16%
IGP-M (FGV) - mês	0,07%
IPC (FIPE) - mês	0,26%
TR pré	0,0840%
Taxa básica financeira - TBF	0,7546%
Ibovespa (pontos)	128.053
Poupança (mês)	0,58%
CDB pré 30 dias - ano	10,24%
CDB pré 90 dias - ano	9,98%
CDI acumulado - mês	0,36%
CDI anualizado	10,65%
Dólar comercial	R$ 5,0770/R$ 5,0770
Dolar turismo	R$ 5,1120/R$ 5,2920
Euro turismo	R$ 5,4550/R$ 5,4550

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Proposta regulamenta cesta básica de alimentos criada pela reforma tributária

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 35/24 regulamenta a Cesta Básica Nacional de Alimentos (CeNA), criada pela Emenda Constitucional 132 durante a reforma tributária. O texto, atualmente em análise na Câmara dos Deputados, estabelece quais alimentos terão isenção tributária.

A CeNA engloba alimentos destinados ao consumo humano ou utilizados na industrialização de produtos para consumo humano, independentemente de sua apresentação. A lista de alimentos inclui:

• Proteínas animais: Carnes em geral, leite, laticínios, margarina, ovos de aves e mel natural.

• Produtos hortícolas, frutas e hortaliças.

• Café, chá, mate, especiarias e infusões.

• Trigo e milho, farinhas de trigo, milho, rosca e mandioca; além de outras farinhas de vegetais.

• Pães, biscoitos, bolos e massas alimentícias próprias.

• Molhos preparados e condimentos.

• Açúcares, sal, óleos e gorduras.

• Arroz, feijão e outras leguminosas.

• Sucos naturais e água mineral.

• Castanhas e nozes (oleaginosas).

A reforma tributária determina que os alimentos da cesta básica nacional estarão isentos da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e do Imposto Seletivo (novos tributos que aguardam regulamentação).

O deputado Pedro Lupion (PP-PR), um dos autores do PLP 35/24, afirma que o texto foi elaborado com base em decreto do atual governo que definiu os alimentos da cesta básica. Ele destaca que as composições atuais das cestas básicas federais e estaduais serão mantidas na cesta básica nacional, com pequenos ajustes.

Comissão aprova prisão imediata de quem descumpre medida protetiva ligada à violência doméstica

(Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

Texto aprovado é substitutivo do relator, delegado Palumbo.

Rodolfo Nogueira, relator do projeto, implementou alterações no texto original O projeto de lei que permite a intervenção policial quando um indivíduo mantém outra pessoa como refém foi aprovado pela Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.

O texto aprovado propõe uma modificação no Código de Processo Penal, que hoje só permite o uso da força policial quando o agente encontra resistência do suspeito ou autor do delito, ou em situações de fuga de preso.

A intervenção policial pode ocorrer em cinco estágios progressivos:

presença do policial uniformizado nas ruas; comunicação verbal; uso de técnicas desarmadas de defesa pessoal; uso de armamento menos letal; e uso da força letal. O texto aprovado é de autoria do relator, deputado Rodolfo Nogueira (PL-MS), que substituiu o Projeto de Lei 5261/23, do deputado Coronel Assis (União-MT). Nogueira propôs alterações no texto que ampliam o alcance da medida. O texto original previa o uso da força apenas contra o preso fugitivo que mantivesse reféns. "Optamos por usar o termo 'refém' no singular, já que houve questionamento na Justiça sobre um evento que envolvia apenas um indivíduo quando a norma se referia à hipótese no plural", destacou o relator, referindo-se a uma das alterações no texto.

"Também substituímos o termo 'criminoso' por 'alguém', tanto no resumo quanto no texto, uma vez que a situação com refém nem sempre envolve um criminoso", acrescentou.

Próximos passos A proposta ainda será analisada, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Câmara aprovou projeto de lei que amplia as atribuições e formas de financiamento da Embratur

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (9) um projeto de lei que amplia as atribuições e formas de financiamento da Embratur. Essa proposta permitirá que a Embratur receba recursos do Orçamento da União e atue na organização de eventos de importância internacional para promover a imagem do país no exterior. O projeto será enviado ao Senado.

A ideia é que a Embratur possa participar da preparação, organização e logística de eventos como a COP30 (reunião da ONU sobre o clima) e o encontro de autoridades e chefes de Estado do G20, que representa as 20 maiores economias do mundo. O primeiro evento está previsto para ocorrer em 2025 em Belém (PA), e o segundo, durante 2024, em várias fases e cidades brasileiras, culminando em novembro. Para viabilizar isso, a Embratur poderá ser contratada por órgãos e entidades da administração pública com dispensa de licitação.

O Projeto de Lei 545/24, proposto pelo deputado José Guimarães (PT-CE), é semelhante ao texto da Medida Provisória 1207/24 e modifica a lei que transformou a autarquia em uma agência com natureza jurídica de serviço social autônomo (Lei 14.002/20). O projeto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, deputado Leur Lomanto Júnior (União-BA).

Além disso, o substitutivo inclui um dispositivo na lei de criação do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), desvinculando, por cinco anos, 30% dos recursos desse fundo e destinando-os ao Ministério do Turismo para uso em ações relacionadas ao modal aéreo e para incentivar o turismo. Os critérios e prioridades para esses recursos desvinculados serão definidos por um ato conjunto dos ministérios de Portos e Aeroportos e do Turismo.

Proposta cria corredor ecológico para a proteção da onça-pintada

(Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

Ismael Alexandrino, autor da proposta.

O Projeto de Lei 909/24 propõe a criação do Corredor Ecológico Onça-Pintada, que se estenderá ao longo das margens dos rios Araguaia e Tocantins, abrangendo uma área contínua nos estados de Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Pará e Maranhão. O texto está atualmente em análise na Câmara dos Deputados.

Os principais objetivos do Corredor Ecológico Onça-Pintada são:

• Proteger a onça-pintada: Como espécie topo de cadeia, a onça-pintada desempenha um papel crucial na biodiversidade da região. O corredor visa garantir sua proteção e a preservação de seus habitats.

• Conservar as nascentes e paisagens naturais: O projeto busca proteger as nascentes ao longo do corredor, bem como as paisagens naturais e os ecossistemas presentes na área.

• Viabilizar a conexão entre populações de onças-pintadas: O corredor permitirá a troca gênica e a integração entre as populações de onças-pintadas em diferentes áreas protegidas.

• Promover a sustentabilidade socioeconômica: Busca conciliar a conservação da biodiversidade com o crescimento socioeconômico, incentivando atividades compatíveis com a preservação ambiental.

• Conservar e recuperar as Áreas de Preservação Permanente (APPs): O projeto seguirá as diretrizes do Código Florestal para proteger essas áreas.

• Melhorar a paisagem e servir como área de trânsito para a fauna: O corredor visa manter a cobertura vegetal existente, proporcionando hábitat e facilitando o deslocamento da fauna residente nos remanescentes.

• Orientar proprietários rurais sobre a recuperação e conservação das áreas: Os proprietários receberão orientações sobre a regularização de APPs e áreas de reserva legal, de acordo com a legislação.

Além disso, a União, estados e municípios inseridos na área delimitada deverão priorizar o tratamento do Corredor Ecológico Onça-Pintada. Convênios, termos de cooperação e parcerias público-privadas poderão ser celebrados para esse fim.

O deputado Ismael Alexandrino (PSD-GO), autor da proposta, destaca que o projeto visa proteger habitats naturais nos biomas Cerrado e Amazônia, estimulando o desenvolvimento sustentável e promovendo a coexistência das comunidades com a onça-pintada. O compromisso de salvar a espécie está alinhado com o Plano de Conservação Onça-Pintada 2030 para as Américas, anunciado durante a 14ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-14) O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Deputados aprovam PLC que reformula DPVAT

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 233/23, que reformula o seguro obrigatório de veículos terrestres. O projeto mantém a Caixa Econômica Federal como gestora do fundo para pagamento de indenizações. Desde 2021, a Caixa operava o seguro de forma emergencial após a dissolução do consórcio de seguradoras privadas que administrava o DPVAT. Os recursos arrecadados até então foram suficientes para cobrir os pedidos até novembro do ano passado.

O texto aprovado, na forma do substitutivo do relator deputado Carlos Zarattini (PT-SP), retoma o pagamento de despesas médicas das vítimas de acidentes com veículos. Além disso, direciona entre 35% e 40% do valor arrecadado com o prêmio do seguro pago pelos proprietários de veículos aos municípios e estados onde há serviço municipal ou metropolitano de transporte público coletivo.

No âmbito fiscal, o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), no exercício da relatoria ad hoc do projeto, acatou uma mudança na lei do arcabouço fiscal. Essa mudança permite antecipar, do segundo bimestre para o primeiro bimestre de 2024, a possibilidade de o Executivo abrir crédito suplementar permitido na lei devido ao crescimento adicional da receita deste ano em relação ao mesmo período de 2023. O novo regime fiscal (Lei Complementar 200/23) permite um aumento de despesa em 2024 no montante de cerca de R$ 15,4 bilhões. Esse valor corresponde à diferença entre o crescimento máximo da despesa (equivalente a 2,5% do crescimento real da receita do ano anterior) e o crescimento previsto no Orçamento deste ano (equivalente a 1,7% do crescimento real dessa mesma receita)

PL revisa pensões concedidas a dependentes de PMs e bombeiros

(Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

Sargento Portugal, autor da proposta.

O Projeto de Lei 240/24 propõe regras de integralidade e paridade para as pensões dos dependentes de policiais e bombeiros militares desde 2004 até o surgimento de leis estaduais específicas. Atualmente, o texto está em análise na Câmara dos Deputados.

O autor da proposta, o deputado Sargento Portugal (PODE-RJ), argumenta que a última reforma da Previdência Social (Emenda Constitucional 103) revogou a fórmula de cálculo dessas pensões militares (EC 41 e EC 47). Segundo o deputado, a situação atual fere o princípio da impessoalidade definido na Constituição. O projeto visa reduzir a desigualdade entre pensionistas, garantindo-lhes uma condição digna de sobrevivência.

Com a revogação, não há mais critérios que determinem desigualdades ou tratamento diferenciado entre pensionistas, independentemente da data de concessão do benefício. O projeto, no entanto, não estima o impacto financeiro e orçamentário do eventual aumento das pensões militares nas contas dos estados ou da União, que arca com inativos dos ex-territórios (Amapá, Rondônia e Roraima) e da extinta Guanabara.

Vamos entender as mudanças nas regras:

• Até o final de 2003: As pensões correspondiam ao valor do último salário do PM ou bombeiro militar (regra da integralidade), incorporando também os reajustes iguais aos dos integrantes em atividade nas duas corporações (regra da paridade).

• A partir de 2004: A pensão passou a considerar o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Se a remuneração do PM ou bombeiro superava o teto, a pensão ganhava ainda 70% do excedente. Os reajustes passaram a seguir os do INSS.

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

ICP Brasil

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

Após TRE absolver Moro, Barroso pauta processo sobre Lava Jato no CNJ

Após o ex-juiz da Operação Lava Jato e senador, Sérgio Moro (União-PR), ser absolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, pautou para a próxima terça-feira, 16, uma investigação sobre a atuação da Lava Jato em Curitiba. A votação poderá resultar na abertura de procedimentos disciplinares contra os magistrados e servidores, o que inclui Moro e o então procurador Deltan Dallagnol.

A inspeção foi coordenada pelo corregedor-nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão, que também é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em setembro, o CNJ publicou relatório parcial que aponta uma "gestão caótica" no controle das multas negociadas com delatores e empresas no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, berço da operação. Salomão liberou a correição para a pauta na semana passada.

A corregedoria afirma que magistrados e membros da força-tarefa teriam agido em "conluio" para destinar as multas dos acordos de delação e leniência para interesses da própria força-tarefa. "Verificou-se a existência de um possível conluio envolvendo os diversos operadores do sistema de justiça, no sentido de destinar valores e recursos no Brasil, para permitir que a Petrobras pagasse acordos no exterior que retornariam para interesse exclusivo da força-tarefa", diz um trecho do relatório da inspeção.

Moro e Dallagnol são suspeitos de inúmeros crimes no curso das investigações realizadas no âmbito da Lava Jato, incluindo coação de réus para a obtenção de objetivos políticos, como no caso das delações premiadas.

(Foto: EBC)

O ex-juiz da Operação Lava Jato foi absolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR).

CCJ começa a julgar caso Brazão e PL defende revogar prisão ordenada por Moraes

(Foto: Renato Araújo/Câmara dos Deputados)

Caroline de Toni, presidente da CCJ; deputados discutem prisão de Chiquinho Brazão.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados iniciou ontem, 10, o julgamento do relatório favorável a manter preso o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ). Ele foi detido preventivamente sob a acusação de ser o mandante da ex-vereadora do Rio Marielle Franco por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, defende que a decisão de Alexandre seja revogada. Integrantes da sigla dizem que não há fundamentação que justificaria a prisão em caso de flagrante de crime inafiançável - condição a qual um congressista pode ser preso e sustentam que ele precisaria, primeiramente, ser cassado no Conselho de Ética. PP e União Brasil já indicaram que vão liberar suas bancadas para decidir como votar no caso da prisão.

Um dos que sinalizam isso na sessão foi o deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ), chegou a ter operação de busca e apreensão em seu gabinete na Câmara. Ele entende que não há flagrante na prisão. "Enquanto houver a prerrogativa que deputados não podem ser presos, não podemos assistir a esse vilipêndio da Constituição, das nossas prerrogativas parlamentares, abrindo precedentes perigosos contra o Legislativo e contra a democracia", afirma.

O deputado Delegado Éder Mauro (PL-PA) personalizou críticas a Alexandre. "Não podemos deixar que Alexandre de Moraes seja juiz, delegado, polícia. A prisão de Brazão, que seja julgado e vá para cadeia pelo que fez, está ilegal. E não estamos aqui para cometer ilegalidades", diz.

O primeiro a discursar foi Chico Alencar (PSOL-RJ), do mesmo partido de Marielle. Ele fez críticas a quem se contrariar à prisão. "Por algum motivo não haver maioria (de votos pela prisão de Chiquinho) é aval à política de morte, da barbárie, seria o assassinato dessa democracia", argumenta.

Ataques pessoais de Musk a Moraes são 'indignos' e 'inócuos', diz Flávio Dino

Em meio ao rescaldo das publicações feitas pelo bilionário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, o ministro Flávio Dino destacou, ontem, 10, que 'insistir em ataques pessoais' contra o colega da Corte máxima é um 'procedimento indigno e inócuo'.

Dino compartilhou, em seu perfil no X, a nota divulgada pelo presidente do STF, Luís Roberto Barroso na esteira da ameaça do bilionário de descumprir decisões judiciais de bloqueio de perfis na plataforma. "A nota oficial do nosso Presidente Barroso é uma mensagem muito clara para eventuais interessados, interesseiros, nefelibatas ou oportunistas", ponderou Dino.

A manifestação de Dino sobre o embate Musk x Moraes se dá após o posicionamento de outros ministros da Corte máxima. Sem citar diretamente o caso, a ministra Cármen Lúcia nesta terça, 9: "Todas as pessoas físicas ou jurídicas submetem-se ao Direito do País e cumprem as decisões judiciais. Ao juiz é conferida a tarefa de julgar e fazer com que se cumpram seus julgados".

Já o ministro Edson Fachin saiu em defesa da decisão de Moraes que, após as investidas de Musk, incluiu o bilionário do inquérito das milícias digitais, por 'dolosa instrumentalização' do X, além de determinar a abertura de um outro inquérito para investigar suposta obstrução de justiça.

(Foto: AFP)

Bilionário Elon Musk tem travado uma batalha digital contra o ministro Alexandre de Moraes.

Musk x Moraes: maioria das menções nas redes foi crítica ao ministro e ao STF, diz Quaest

Durante o embate entre o empresário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, a maior parte dos internautas se posicionou de forma crítica à Corte, segundo pesquisa Quaest divulgada terça-feira, 9.

Segundo o instituto, o índice de menções negativas ao STF e a Moraes chegou a 68%. Mesmo sem o X, zona de influência de Musk, dono da rede, as críticas à Suprema Corte brasileira representaram 63% do total de interações com o conteúdo. O embate teve uma média de 865 mil menções diárias e alcançou 72 milhões de usuários por dia, diz o levantamento.

O pico de menções sobre o assunto aconteceu no domingo, 7. O instituto aponta que a discussão segue em alta mesmo após três dias, sobretudo por publicações periódicas de Elon Musk sobre o assunto, que visam ampliar a sua influência no debate. O Quaest coletou dados de Facebook, Instagram, X, Google, Wikipedia, YouTube e TikTok com uma ferramenta própria a partir da meia-noite de domingo até às 13:00 de terça-feira, 9.

O embate entre Musk e Moraes começou na madrugada de sábado, 6, e se estende desde então. O dono do X afirmou que o ministro está promovendo a "censura" no Brasil e ameaçou não mais cumprir medidas judiciais que restrinjam o acesso a perfis da rede social. O empresário foi incluído no inquérito das milícias digitais do STF, relatado por Moraes.

Moraes autoriza advogados de Brazão em sessão da Câmara sobre prisão no caso Marielle

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, garantiu aos advogados do deputado Chiquinho Brazão que participem, junto do parlamentar, das sessões da Câmara que vão definir se mantêm ou revogam sua prisão. Brazão é investigado por supostamente mandar matar a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, em 2018.

O magistrado autorizou que os advogados estejam presentes, com o deputado, na sala de videoconferência da Penitenciária Federal em Campo Grande - onde Brazão está custodiado - 'observadas as regras de segurança da penitenciária'.

A decisão de Moraes foi assinada ontem, 10, dia em que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara analisa a manutenção da prisão preventiva do deputado federal. O debate havia sido suspenso por um pedido de vista coletivo.

O despacho de Moraes amplia decisões anteriores do ministro. Elas haviam dado aval para que o diretor do presídio adotasse providências necessárias para que Chiquinho participe de sessões da CCJ do Conselho de Ética e do Plenário, por videoconferência, para exercer seu direito à ampla defesa.

CCJ do Senado adia votação de PEC do Quinquênio após pedido de vista de Jaques Wagner

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado adiou a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio. Inicialmente, o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA) havia anunciado que pediria vista (ou seja, mais tempo para analisar o projeto). No momento em que o adiamento foi anunciado, o petista não estava presente no colegiado, mas o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), concordou em postergar a votação para a próxima semana.

O Broadcast Político apurou que há receio do governo com a proposta, que concede um "bônus" na remuneração de magistrados, procuradores e promotores da ativa e aposentados. Esses servidores terão aumento de 5% a cada cinco anos, limitados a 35%.

A PEC, apresentada em 2023, é de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Nos últimos meses, esteve nas gavetas da Comissão de Constituição e Justiça, justamente pela polêmica que carrega - a concessão de mais um benefício para categorias que integram o topo do serviço público.

Alguns senadores alegaram que o Congresso deveria avançar o assunto somente quando a proposta que limita os chamados supersalários fosse aprovada. O projeto foi aprovado no Senado em 2016. Em seguida, em 2021, a Câmara também aprovou o texto, mas com modificações, o que fez com o que o projeto voltasse à Casa Alta do Congresso.

O senador Weverton Rocha (PDT-MA) foi um dos defensores da proposta e disse se tratar de "uma pauta do presidente Rodrigo Pacheco".

"Conversei há pouco com o presidente Arthur Lira, sobre essa PEC e o projeto dos supersalários. Não tem como ter penduricalho ou fugir disso. Faz a valorização e também entrega o projeto do fim dos supersalários. Ou seja, vai dar a condição e contraponto. Se fizermos de forma honesta o debate, vamos ver que vamos estar garantindo carreiras não para o magistrado ou para o membro do Ministério Público, e sim para o Estado brasileiro. Porque acabamos formando muitos bons profissionais e lá na frente a gente perde para a iniciativa privada", alegou o senador, um dos aliados de Pacheco e do presidente da CCJ do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Filho mais velho do ex-presidente Jair Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) também apoiou o texto. Disse que há um compromisso de que a PEC só vá adiante quando o PL do fim dos supersalários estiver pronto para votação.

"Dentro da bancada do PL, tivemos essa discussão, mas é importante ressaltar que tem o compromisso de se votar aqui essa PEC e que ela só vá a plenário quando o projeto do fim dos supersalários for junto, para uma coisa compensar a outra. É importante trazer esse ponto de vista e falar que estou a favor do relatório", defendeu.

O presidente da CCJ, Davi Alcolumbre, também defendeu a aprovação. Disse que há uma "decisão política do presidente do Senado, que é autor da PEC, e do presidente da Câmara, que nós só vamos tratar da promulgação da PEC quando deliberarmos sobre os supersalários".

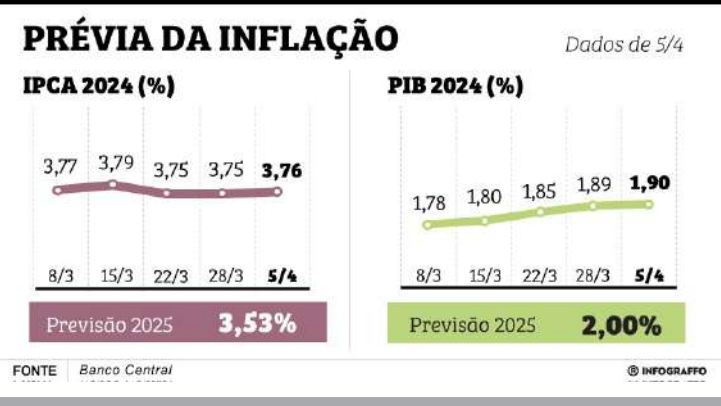
"Muitas das vezes, fazer o que é o certo não é que dá curtida em rede social", justificou.

O ex-vice-presidente e atual senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) foi um dos que criticou o texto. Disse ser "vergonhoso" votar uma proposta como essa.

"Sou obrigado a discordar. Estamos concedendo um aumento de salário para as carreiras mais bem pagas do serviço público. Enquanto no Brasil uma pessoa que vive com R$ 3.000 é considerada de classe média, estamos dando um aumento salarial vigoroso à turma que é do topo do serviço público. Ou seja, vi argumentos que dão vontade de chorar, o cara dizer que vai mudar de carreira porque está ganhando pouco como juiz, procurador", argumentou.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL

SP recebeu maior valor de ICMS pago pela Petrobras em 2023, de R$ 21 bi

A Petrobras informou nesta quarta-feira, 10, que São Paulo foi o Estado brasileiro que recebeu o maior valor de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago pela empresa em 2023, de R$ 21 bilhões. Isso corresponde a 23,3% da participação da companhia no recolhimento do imposto para as 27 unidades federativas do País e a 10,7% do ICMS do Estado.

A estatal recolheu em 2023 R$ 90,2 bilhões de ICMS, com arrecadação distribuída entre os 26 Estados e o Distrito Federal A estatal lembra que entrou em vigor, no ano passado, o ICMS Monofásico sobre as operações com óleo diesel, gasolina e GLP (Lei Complementar 192/2022). Isso significa que a Petrobras assumiu a responsabilidade integral pelo recolhimento desse imposto estadual, não havendo mais recolhimento por parte dos distribuidores e revendedores. No ano de 2023, três dos dez municípios mais beneficiados com o pagamento de tributos pela Petrobras são paulistas: Cubatão, São Sebastião e Paulínia. As três cidades ocupam, respectivamente, segunda, terceira e sétima posições no ranking. O recolhimento dos três municípios somados, de R$ 215,5 milhões, corresponde a quase 18% do valor recolhido pela Petrobras aos municípios brasileiros. A Petrobras recolheu R$ 1,2 bilhão em tributos para 284 municípios, distribuídos em 21 Estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal.

Inflação para famílias com renda mais baixa fica em 0,19%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação para famílias com renda até cinco salários mínimos, registrou taxa de 0,19% em março. A taxa ficou abaixo do 0,81% de fevereiro. O INPC acumula taxas de 1,52% no ano e de 3,4% em 12 meses.

O dado foi divulgado ontem (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em março e no acumulado do ano, o INPC ficou acima do registrado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial. O IPCA registrou taxas de 0,16% em março e 1,42% no ano. Em 12 meses, no entanto, o INPC acumulado ficou abaixo do resultado da inflação oficial (3,93%).

O IPCA considera a média das variações da cesta de compras de várias faixas de renda, já que considera os gastos das famílias com renda de um até 40 salários mínimos. Como o peso dos bens e serviços no orçamento das famílias é diferente, alguns itens têm mais peso no INPC do que no IPCA, por isso os índices são diferentes.

Segundo o INPC, os produtos alimentícios passaram de 0,95% em fevereiro para 0,50% em março. A variação dos não alimentícios foi de 0,77% para 0,09%.

Confiança da indústria cai em abril, diz pesquisa da CNI

Após estabilidade em março, os industriais estão menos confiantes em relação à economia em abril. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) caiu para 51,5 pontos em abril, queda de 1,3 ponto em relação aos 52,8 pontos registrados em março. Apesar da queda, o indicador continua acima da linha divisória de 50 pontos, que separa o otimismo do pessimismo. O índice, no entanto, mantém-se abaixo da média histórica de 54 pontos.

De acordo com a CNI, o principal motivo para a queda foi a avaliação negativa sobre o momento atual da economia brasileira. Um dos componentes do Icei, o Índice de Condições Atuais, que mede a percepção atual sobre a economia e a própria empresa, caiu de 47,5 pontos em março para 45,7 pontos em abril. Abaixo da linha de 50 pontos desde janeiro de 2023, o indicador vem caindo desde janeiro.

O Índice de Expectativas, que mede as perspectivas para os próximos seis meses, caiu de 55,4 para 54,4 pontos. Esse indicador é dividido em duas partes. A previsão positiva para a própria empresa caiu de 58,2 pontos, em março, para 57,6 pontos em abril, indicando manutenção da confiança. A previsão para a economia, no entanto, deteriorou-se, passando de 49,7 pontos para 48 pontos, ficando abaixo da linha que separa o otimismo do pessimismo.

‘Não podemos correr risco de perder credibilidade do arcabouço’, diz presidente da Febraban

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, afirmou ontem, 10, que o governo precisa manter o compromisso com o equilíbrio das contas públicas. De acordo com ele, é necessário manter também a confiança dos agentes de mercado no arcabouço fiscal aprovado no ano passado, que limita a expansão das despesas do governo federal com base no desempenho da arrecadação. “Além de um novo modelo tributário que ajude a reduzir o custo do crédito, é fundamental também que se mantenha o compromisso com o equilíbrio fiscal, para que a economia funcione de forma sustentável”, disse ele durante evento promovido pela Associação Brasileira de Câmbio (Abracam). Sidney não fez menção a eventos específicos relativos ao arcabouço, mas, na terça-feira, a Câmara dos Deputados inseriu um “jabuti” na lei que cria o novo seguro obrigatório de automóveis para autorizar a antecipação de cerca de R$ 15 bilhões em despesas a partir do crescimento acima do esperado da arrecadação no primeiro bimestre deste ano. “Não podemos correr o risco de perder a credibilidade do novo arcabouço fiscal construído pelo governo e pelo Congresso em 2023”, afirmou o presidente da Febraban durante seu discurso.

Sidney fez menção ainda à regulamentação da reforma tributária, um dos principais temas da agenda legislativa do governo para este ano.

De acordo com ele, nas discussões, é preciso garantir que o crédito no País não será mais tributado do que já é.

Planos de saúde, tomate e cebola influenciam inflação de março

As altas de preços dos planos de saúde, do tomate e da cebola foram os principais responsáveis pela inflação de 0,16% registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em março deste ano, segundo dados divulgados ontem (10), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em fevereiro, a inflação foi de 0,83%.

O preço da cebola cresceu 14,34% no mês e o do tomate, 9,85%. Outro alimento que também teve aumento expressivo foi a banana prata (7,79%).

“Esses três produtos tiveram altas em março influenciadas por uma menor oferta. A gente tem uma questão histórica do aumento dos preços dos alimentos no verão, por conta de altas temperaturas e altos índices de chuvas [que prejudicam as colheitas]. Em 2024, esse efeito foi intensificado por conta do El Niño”, explica o pesquisador do IBGE, André Almeida.

Açaí (14,20%), alho (7,90%), mamão (6,40%), laranja pera (5,49%), ovo de galinha (4,59%), leite longa vida (2,63%) e refrigerante e água mineral (1,23%) completam a lista dos dez itens alimentícios com maiores altas de preços.

Causas - Esses aumentos puxaram a inflação dos alimentos no mês (0,53%) e foram alguns dos principais responsáveis pelo IPCA de março. Apesar disso, o grupo alimentação e bebidas teve uma redução em sua taxa em relação a fevereiro, quando havia sido registrado um índice de 0,95%.

(Foto: EBC)

O preço da cebola cresceu 14,34% no mês e o do tomate, 9,85%.

Outro item que teve contribuição relevante para a alta de preços de março foi o dos planos de saúde. Ele variou 0,77% no mês. “Isso se refere à apropriação mensal do reajuste autorizado pela ANS [Agência Nacional de Saúde Suplementar]”, avalia Almeida. O grupo saúde e cuidados pessoais teve inflação de 0,43%, resultado influenciado também pela alta dos produtos farmacêuticos (0,52%).

O grupo transportes anotou deflação (queda de preços) de 0,33% e ajudou a frear a inflação oficial como um todo, porque o IPCA recuou de 0,83% em fevereiro para 0,16% em março.

A queda de 9,14% das passagens aéreas foi um dos itens que mais contribuíram para o recuo da taxa de inflação no mês. O gás veicular (-2,21%), o óleo diesel (-0,73%) e a tarifa do ônibus urbano (-0,06%) também tiveram deflação. Comunicação (-0,13%) e artigos de residência (-0,04%) foram outros grupos de despesa com deflação em março. O item educação, que tinha sido o grande responsável pela inflação de fevereiro, com uma taxa de 4,98%, em março acusou uma taxa de apenas 0,14%, também contribuindo para a queda do IPCA. Os demais grupos de despesas apresentaram as seguintes taxas de inflação: habitação (0,19%), vestuário (0,03%) e despesas pessoais (0,33%). Entre as capitais e regiões metropolitanas, a maior alta de preços foi observada em São Luís (0,81%). Porto Alegre foi a única a apresentar deflação (-0,13%).

Produção de motos volta a crescer em março e fecha 1º tri com alta de 10,3%, diz Abraciclo

(Foto: EBC)

A produção de motos no País voltou a crescer no mês de março e encerrou o primeiro trimestre com uma alta de 10,3% em relação ao mesmo período de 2023. No total, foram 438.038 unidades produzidas entre janeiro e março, melhor desempenho dos últimos 13 anos.

Os números foram divulgados ontem, 10, pela Abraciclo, entidade que representa as montadoras de motos do polo industrial de Manaus (AM), onde se concentra a maior parte da produção nacional do veículo.

Houve alta de 11,3% na produção na passagem de fevereiro para março deste ano. Na comparação com março de 2023, a alta foi de 2,5%, também segundo a Abraciclo.

“A tendência é que esse ritmo seja mantido ao longo do ano, porque a procura pela motocicleta como solução de mobilidade ou para o trabalho segue em alta, mantendo o mercado aquecido”, afirmou o presidente da associação, Marcos Bento.

A projeção da Abraciclo é que, ao final do ano, sejam produzidas 1,69 milhão de unidades, uma alta de cerca de 7,4% em relação a 2023.

Além do impulsionamento do setor pelo crescimento do mercado de delivery, o presidente da Abraciclo avalia que a produção e a venda de veículos sobre duas rodas têm sido beneficiadas pelo contexto recente de juro e inflação em queda.

O cenário, pontuou Bento, contribuiu para o aumento das vendas de motos na modalidade de parcelada. Segundo ele, a proporção desse tipo de venda em relação ao total comercializado passou de 34% em 2022 para 37% em 2023. No primeiro trimestre, foram licenciadas 432.032 motos, uma alta de 21,1% em relação ao mesmo período de 2023, também o melhor desempenho dos últimos 13 anos. Só no mês de março foram 152.719 motocicletas vendidas no varejo, alta de 4,6% na comparação interanual e de 12% em relação a fevereiro.

Comissão do Senado aprova auditoria com TCU para avaliar retenção de dividendos da Petrobras

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado aprovou ontem, 10, a realização de uma auditoria com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar a decisão da Petrobras de reter a distribuição de dividendos extraordinários aos acionistas da empresa. O processo de leitura, discussão e votação demorou apenas 45 segundos. O pedido foi apresentado pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI), líder da minoria no Senado.

O único senador que comentou o assunto foi o senador Omar Aziz (PSD-AM), presidente da comissão, que ironizou a queda de braços e o processo de “fritura” do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

“Eu também quero saber como aconteceu tudo. Deu uma celeuma em cima, fizeram uma tempestade num copo d’água, nunca vi um negócio desse. E cai fulano, cai sicrano, [no fim] não caiu ninguém”, afirmou Aziz. A comissão também tinha em sua pauta um pedido de convite ao presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, para prestar esclarecimentos sobre a política de preços da estatal, o impacto inflacionário dessa política e o eventual prejuízo ao setor público com a retenção dos dividendos. Esse requerimento, porém, não foi votado.

A decisão de reter os dividendos extras da Petrobras foi anunciada em março. As ações da empresa despencaram logo em seguida. Desde então, o processo de desgaste de Prates à frente da estatal se intensificou.

Recentemente, criou-se uma expectativa em parte do governo para que essa decisão seja revista e que a Petrobras decida distribuir ao menos parte dos dividendos extras.

Parte dessa “torcida” vem do Ministério da Fazenda, que acredita que esse dinheiro possa servir para compensar outras perdas, como a desoneração dos municípios.

Barômetros Econômicos Globais acomodam em patamar moderado em abril, diz FGV

Os Barômetros Econômicos Globais Antecedente e Coincidente rumaram em direções opostas em abril, mostrando uma acomodação “em patamar moderado” diante de incertezas sobre desaceleração global. O Barômetro Global Antecedente avançou, enquanto o Barômetro Coincidente recuou, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV). “O Barômetro Global Antecedente sobe em abril, compensando parcialmente o recuo expressivo do mês anterior e se mantendo próximo ao nível neutro de 100 pontos. O Barômetro Coincidente recua ligeiramente no mês, mantendo-se abaixo do pico de janeiro pelo terceiro mês seguido, um possível sinal do início de uma fase de desaceleração da atividade econômica global”, disse a FGV. O Barômetro Econômico Global Coincidente caiu 0,2 ponto em abril, para 93,0 pontos. O Barômetro Econômico Global Antecedente aumentou 2,2 pontos, para 101,1 pontos. “O Barômetro Global Coincidente evidencia nos últimos meses o enfraquecimento da fase de aceleração do crescimento global observada até janeiro 2024, embora os sinais de uma efetiva desaceleração ainda sejam tímidos. Apesar desta perspectiva de desaceleração, as previsões de crescimento mundial feitas pelo FMI e pela OCDE para 2024 avançaram para taxas muito próximas às de 2023 nos últimos meses, um reflexo do desempenho melhor que o esperado da economia neste início de ano. A manutenção do Barômetro Antecedente em um patamar próximo aos 100 pontos parece refletir as incertezas quanto ao timing e intensidade da desaceleração global”, avaliou Aloisio Campelo Junior, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota. O Barômetro Coincidente reflete o estado atual da atividade econômica.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

França ameaça com sanções e Turquia limita exportação de produtos a Israel

A pressão sobre Israel aumentou terça-feira, 9, após a França ameaçar sanções e a Turquia declarar a suspensão de exportações de vários produtos ao país. Na semana passada, o presidente dos EUA, Joe Biden, havia pedido uma mudança na abordagem israelense no conflito.

O chanceler da França, Stéphane Séjourné, sinalizou que Paris poderia punir Israel para forçar o país a permitir a entrada de mais ajuda humanitária em Gaza. "Sanções permitiriam que a ajuda humanitária atravesse os postos de controle", disse Séjourné, lembrando que foi a França o primeiro país da União Europeia a propor sanções aos colonos israelenses na Cisjordânia.

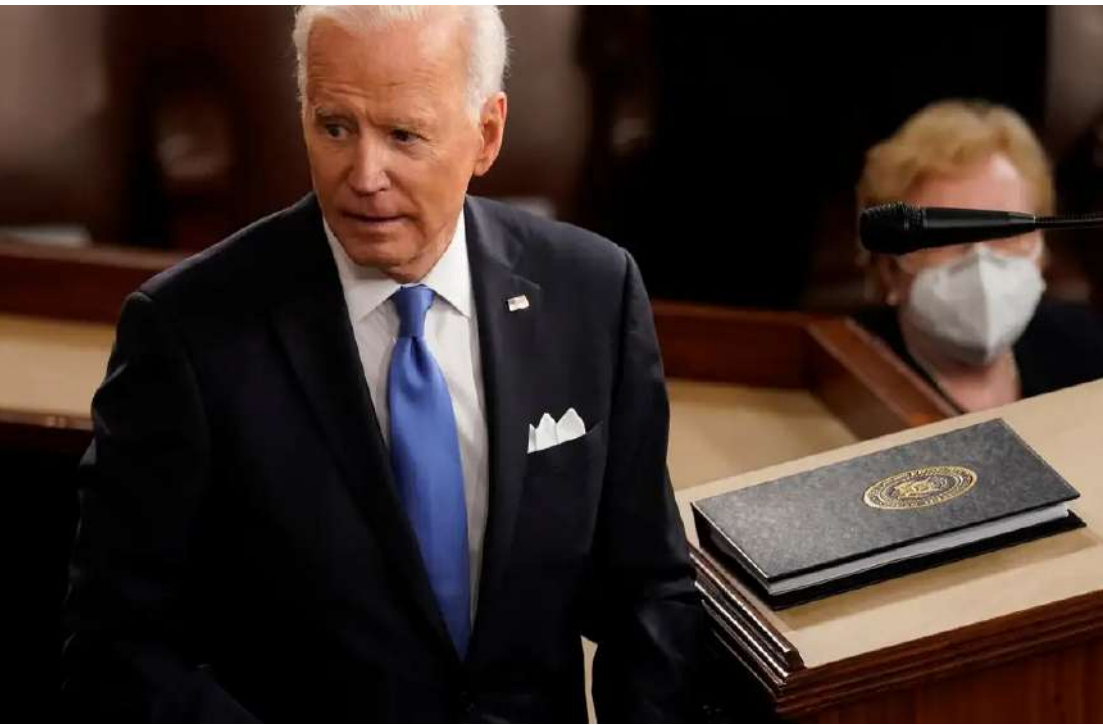
A preocupação da França é com a ameaça de fome generalizada. De acordo com relatório da ONU, o número de desnutridos quase duplicou desde dezembro em Gaza. Israel afirma que não está bloqueando a entrada de ajuda humanitária e culpa as ONGs e Hamas por falta de organização.

Negociação - Já ao governo turco saiu do campo da retórica e restringiu as exportação de produtos israelenses de 54 categorias diferentes até que um cessar-fogo seja declarado em Gaza. Segundo o Ministério do Comércio da Turquia, as restrições incluem ferro, aço e equipamentos de construção. A Turquia exportou para Israel US$ 5,4 bilhões em 2023, 2,1% de suas exportações totais. O anúncio ocorre após Israel negar o pedido turco para enviar ajuda humanitária para o enclave palestino pela via aérea. Diversos países do Ocidente como EUA, França e Espanha já fazem isso desde o mês passado. Israel respondeu, dizendo que vai boicotar produtos turcos e pedir aos EUA que façam o mesmo.

Enquanto isso, as negociações para um cessar-fogo continuam no Cairo. O Hamas informou anteontem que está examinando uma proposta de trégua de várias semanas na Faixa de Gaza e a libertação de reféns israelenses em troca de prisioneiros palestinos, apesar da rejeição de algumas de suas exigências.

(Foto: EBC)

Já ao governo turco saiu do campo da retórica e restringiu as exportação de produtos israelenses de 54 categorias diferentes até que um cessar-fogo seja declarado em Gaza.

Após CPI, Biden pede que empresas usem lucros recordes para cortar preços de alimentos

(Foto: EBC)

Biden afirma que tem um plano para reduzir custos para a construção de moradias e renovar mais de 2 milhões de residências.

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou que o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) de março, divulgado na manhã de ontem, "mostra que temos mais a fazer para reduzir custos das famílias trabalhadoras". Em comunicado da Casa Branca, Biden comenta que os preços ainda estão "muito elevados" em moradia e nas compras de mantimentos, "mesmo que os preços para itens cruciais como leite e ovos sejam mais baixos que um ano atrás".

Biden afirma que tem um plano para reduzir custos para a construção de moradias e renovar mais de 2 milhões de residências. "E estou pedindo às corporações, inclusive varejistas de mantimentos, que usem os lucros recordes para reduzir preços", afirma.

O presidente norte-americano diz que a inflação recuou mais de 60% de seu pico e renova que combatê-la é a maior prioridade econômica atual.

Ele vê progresso, com alta maior nos salários, renda mais alta que antes da pandemia e taxa de desemprego ainda abaixo de 4% na sequência mais longa em 50 anos.

Mas ele afirma que é preciso fazer mais e menciona sua agenda para reduzir custos de medicamentos prescritos, seguro-saúde e dívida estudantil.

Israel matou filhos e netos do líder máximo do Hamas, diz grupo terrorista

Um ataque aéreo israelense na Faixa de Gaza matou três filhos e três netos do líder do escritório político do Hamas, Ismail Haniyeh, ontem, 10, segundo a mídia oficial do grupo terrorista. Haniyeh acusou Israel de agir com "espírito de vingança e assassinato".

Os filhos de Haniyeh estão entre as figuras de maior destaque que foram mortas na guerra até agora. Não ficou claro como as suas mortes poderiam afetar as negociações de cessar-fogo que duraram meses e que estão sendo mediadas por Catar, Egito e Estados Unidos. Haniyeh confirmou as mortes ontem em uma entrevista a Al Jazeera, dizendo que os seus filhos "foram martirizados no caminho para a libertação de Jerusalém e da Mesquita Al-Aqsa".

"O inimigo criminoso é movido pelo espírito de vingança e assassinato e não valoriza quaisquer padrões ou leis", disse ele na entrevista por telefone.

O Exército de Israel não comentou sobre a morte dos familiares do líder do Hamas.

Sem flexibilizar - Em sua entrevista à Al Jazeera, Haniyeh disse que as mortes não pressionariam o Hamas a suavizar as suas posições.

"O inimigo acredita que, ao atingir as famílias dos líderes, irá pressioná-los a desistir das exigências do nosso povo", disse ele. "Qualquer um que acredite que atacar os meus filhos irá pressionar o Hamas a mudar a sua posição está delirando."

Haniyeh vive exilado no Catar, onde fica a sede da Al Jazeera. A estação de TV Al-Aqsa do Hamas transmitiu imagens de Haniyeh recebendo a notícia das mortes enquanto visitava palestinos feridos que foram transportados para um hospital em Doha. Quando um assessor recebeu a notícia em seu telefone, Haniyeh assentiu, olhou para o chão e saiu lentamente da sala. "Não há força nem poder senão vindo de Deus", murmurou Haniyeh. "Que Deus facilite as coisas para eles."

(Foto: Divulgação)

Ex-vice-presidente é preso por traição e corrupção na Venezuela

O ex-ministro do Petróleo e ex-vice-presidente da Venezuela Tareck El Aissami foi preso, terça-feira, 9, acusado de traição e corrupção. A Procuradoria-Geral afirma que ele, que já foi um poderoso ministro de confiança do ditador, Nicolás Maduro, está envolvido em um esquema de desvio de dinheiro da estatal petroleira PDVSA.

Sua prisão foi anunciada pelo procurador-geral, Tarek William Saab, explicando que ele será acusado de cinco crimes, incluindo traição à pátria e lavagem de dinheiro. Outras duas pessoas foram presas: o ex-ministro da Economia e ex-presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento (Fonden) Simón Alejandro Zerpa e o empresário Samark José López.

Exemplo - Eles serão acusados dos crimes de "apropriação ou desvio de patrimônio público, ostentação ou valorização de relações ou influência". Segundo o procurador-geral, todos "receberão uma punição exemplar".

Ele também divulgou um vídeo do momento da prisão: o ex-chefão do petróleo aparece algemado com camiseta e agasalho esportivo, escoltado por dois funcionários. Saab não disse onde o ex-ministro foi preso.

Segundo o procurador-geral, a prisão levou tempo devido às várias etapas da investigação. Ele ligou o ex-ministro a um esquema que envolvia a venda de petróleo venezuelano pela agência de supervisão de criptomoedas do país, em paralelo com a PDVSA.

Pais de autor de chacina são sentenciados a até 15 anos de prisão

James e Jennifer Crumbley, os pais do atirador da escola de Oxford, no Estado de Michigan, nos EUA, foram sentenciados ontem a 15 anos de prisão. Ambos foram condenados por homicídio culposo em julgamentos separados. A decisão encerra um caso criminal histórico nos EUA, que se arrasta desde 2021, quando o filho do casal, um adolescente de 15 anos à época, levou uma arma para a escola e matou quatro estudantes.

Os promotores pediram que os Crumbley cumpram ao menos 10 anos de prisão cada um. Incapazes de pagar a fiança de US$ 1 milhão (R$ 5 milhões), eles aguardaram o julgamento na cadeia por mais de dois anos. Ethan Crumbley, o menor que cometeu o crime, foi julgado como adulto e condenado à prisão perpétua sem liberdade condicional no ano passado.

Reação - "Não vou fingir que entendo a dor que os pais estão sentindo, mas vi o que vocês viram e ouvi o que vocês ouviram. Essas condenações não tratam de erros de paternidade. Elas se referem a atos que poderiam ter parado um trem desgovernado", disse a juíza Cheryl Matthews. "Houve acesso irrestrito a uma arma e munição. Vocês glorificaram o uso dessas armas."

Nos dois julgamentos, os promotores acusaram o casal de ignorar os sinais de alerta sobre o perigo que Ethan representava.

Itália: 4 seguem desaparecidos, após explosão em hidrelétrica da Enel deixar ao menos 3 mortos

Equipes de resgate na Itália buscavam ontem, 10, quatro trabalhadores desaparecido, após uma explosão no dia anterior em uma hidrelétrica da Enel matar ao menos três pessoas Um porta-voz do Serviço Nacional de Incêndio e Resgate da Itália que havia despachado cerca de 100 trabalhadores para a operação de buscas, na instalação de Bargi, na costa do lago Suviana, próxima de Bolonha, no norte da Itália, após uma explosão subterrânea na tarde de ontem provocar colapsos e inundação.

Um porta-voz afirmou que a explosão - que deixou cinco feridos, além das mortes e dos desaparecidos - deve ter sido provocada por um incêndio em uma turbina ou transformador na usina. Mergulhadores foram ao nível alagado, que fica nove andares no subsolo, na terça-feira em busca dos desaparecidos.

A Enel Green Power, braço de energias renováveis da Enel, afirmou em comunicado nesta quarta-feira que continua a colaborar com autoridades, para apurar os fatos que levaram ao incidente.

EUA: Biden e Kishida buscam laços mais estreitos para contrapor a China no Pacífico

O presidente Joe Biden se reuniu com o primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, ontem, 10, enquanto os dois líderes procuram fortalecer os seus laços de segurança no Pacífico como um contrapeso à China. O encontro ocorreu no contexto dos países planejarem melhorar a cooperação militar EUA-Japão, em meio a preocupações sobre o programa nuclear da Coreia do Norte e o esforço da China para estender a sua influência através do Pacífico. Os dois países também procurarão formas de co-produzir armas e aproveitar a força industrial do Japão. As medidas destinam-se a proporcionar sinergias entre as forças armadas dos dois países no caso de um conflito regional. Os cenários mais prováveis seriam uma invasão chinesa de Taiwan, ou algum tipo de ato agressivo da Coreia do Norte, que este ano declarou a Coreia do Sul como seu inimigo número 1 e estreitou os laços com a Rússia. No entanto, qualquer envolvimento japonês é complicado pela sua constituição, que o governo interpreta como restringindo a capacidade do país de lutar no exterior, exceto em circunstâncias raras e limitadas. A opinião pública no Japão é cautelosa quanto ao envolvimento militar em conflitos regionais.

O Japão aumentou os gastos militares nos últimos anos, uma política promovida por Kishida. O orçamento inicial para o ano fiscal que começou em 1 de Abril prevê 7,95 trilhões de ienes, equivalente a US$ 52 bilhões, em despesas militares. Isto representa um aumento de 47% em relação ao orçamento inicial de há dois anos, sem incluir despesas adicionais normalmente autorizadas no final do ano.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

5 vezes que Elon Musk contrariou a liberdade de expressão e leis de países

Protagonista de um embate envolvendo críticas ao ministro Alexandre de Moraes e ameaça de descumprir decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), o bilionário Elon Musk já entrou em conflito com legislações e princípios constitucionais de outros países anteriormente.

Domingo, 7, empresário prometeu reativar perfis bloqueados por determinação da Suprema Corte e deu a entender que poderia encerrar as operações no Brasil por "princípios". O dono do X (antigo Twitter) disse ainda que vai publicar decisões judiciais que determinaram o bloqueio de perfis na plataforma, alegando que elas promovem censura - o que pode ser enquadrado como vazamento indevido, uma vez que há determinações em sigilo. Confira cinco vezes que o bilionário contrariou a liberdade de expressão e leis de países:

Golpe de Estado na Bolívia - Em 24 de julho de 2020, o empresário desencadeou controvérsias ao responder a críticas em uma discussão sobre a política de estímulo do governo dos EUA no então Twitter. Ao ser questionado por um internauta sobre ter sido beneficiado pelo suposto golpe de Estado organizado pelos Estados Unidos contra Evo Morales, ex-presidente da Bolívia, Musk disse: "Vamos dar um golpe em quem quisermos! Lide com isso".

Morales renunciou ao cargo em 2019 sob pressão por alegações de fraude eleitoral, em um cenário amplamente contestado. O contexto da crise política envolvia o controle sobre os vastos depósitos de lítio da Bolívia, metal crucial para a indústria de baterias de íon-lítio. O material é fundamental para a fabricante de carros elétricos Tesla, liderada pelo bilionário.

Jornalistas suspensos - Logo após assumir o controle do X, em dezembro de 2022, mais de seis jornalistas que faziam reportagens críticas sobre ele foram suspensos da rede social sem aviso. Entre eles, estavam repórteres de The New York Times, The Washington Post, CNN, The Intercept e Voice of America.

Os jornalistas cobriam assuntos relacionados à rede social e ao novo proprietário da rede, muitas vezes em tom crítico. No dia anterior, a plataforma havia banido uma conta que rastreava os voos do jato particular de Musk com dados publicamente disponíveis, a ElonJet. O empresário afirmou que os repórteres haviam violado as políticas do Twitter ao compartilhar o que ele chamou de "coordenadas de assassinato" e que isso colocava a família dele em risco.

Mais jornalistas suspensos - Em janeiro deste ano, outra vez, jornalistas foram suspensos sem explicações prévias: dois repórteres dos veículos Texas Observer e The Intercept tiveram suas contas - com 72 mil e quase 500 mil seguidores - derrubadas. Na mesma tarde, após uma onda de críticas de outros profissionais da imprensa, que afirmavam ser "irônica" tal atitude vir de alguém que se diz defensor da liberdade de expressão, as contas foram restabelecidas - embora sem qualquer explicação da plataforma para as suspensões.

Direitos humanos na Arábia Saudita - A rede social chefiada pelo bilionário foi formalmente acusada em setembro de 2023 na Justiça dos Estados Unidos por supostamente contribuir com a Arábia Saudita para cometer graves infrações de direitos humanos contra usuários da plataforma naquele país - de onde é um dos maiores acionistas da empresa. O processo civil, movido pela irmã de um apoiador humanitário que foi condenado a 20 anos de prisão, aponta que a rede social contribuiu para a detenção e tortura de usuários críticos ao governo saudita, compartilhando seus dados a pedido das autoridades daquele país num volume muito maior do que com outros. A empresa nega as alegações e afirma que sempre cooperou com as autoridades competentes.

Chefe da PM de SP é eleito presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais

O comandante da Polícia Militar de São Paulo, coronel Cássio Araújo de Freitas, foi eleito presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais. O colegiado reúne os chefes das 27 polícias e tem assento no Conselho Nacional de Segurança Pública, chefiado pelo Ministério da Justiça.

A eleição, confirmada na última quarta-feira, 3, representou uma vitória do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e do secretário de segurança pública, Guilherme Derrite. Outros dois comandantes tentaram se viabilizar, mas não reuniram apoio.

O coronel Cássio assume a função até então exercida pelo coronel Paulo Coutinho, comandante da Polícia Militar da Bahia, Estado gerido pelo governador Jerônimo Rodrigues (PT).

"Vivemos um momento importante para a segurança pública e é importante que as instituições tenham representatividade. Teremos assento no Conselho de Segurança, onde são discutidos grandes assuntos. É importante para nós e para as polícias do Brasil. As pautas estão sendo construídas. Há um clima muito amistoso e republicano em todas as instituições. Segurança pública é um tema apartidário", disse o coronel ao Estadão.

A vitória do coronel paulista se dá na esteira das críticas à PM de São Paulo por causa dos resultados da Operação Verão na Baixada Santista, encerrada oficialmente no dia 1º de abril.

Durante os 105 dias em que policiais do interior e da capital foram deslocados para trabalhar na região, a polícia matou 56 pessoas - uma a cada dois dias.

Diante de acusações de que houve matança deliberada, Tarcísio de Freitas chegou a dizer que não está "nem aí". Famílias dizem haver entre os mortos pessoas sem relação com o crime organizado e o governo diz investigar supostos excessos cometidos por policiais.

O comandante nega que a operação tenha influenciado positiva ou negativamente na escolha dele para a presidência do conselho. "Não creio que tenha influenciado. Nas conversas, nem citei esse episódio. A operação tem uma finalidade objetiva, está dentro de um problema bem localizado. E quando se fala de políticas públicas em âmbito nacional não dá para fazer uma referência a uma ou duas operações, mas ao que vem dando certo com o passar dos anos", comentou.

Comício da Candelária, 40 anos: o legado sociopolítico das Diretas Já

Ali, no meio de uma multidão que se espremia nas avenidas Rio Branco e Presidente Vargas, no centro do Rio, uma adolescente de 16 anos olhava impressionada para a movimentação ao redor. Era a primeira vez que participava de uma manifestação política, mas já sabia que se tratava de um momento histórico. O Comício da Candelária, segundo jornais da época, reuniu cerca de 1,2 milhão de pessoas. Foi um dos principais atos do movimento das Diretas Já, que fez o povo voltar às ruas depois de 20 anos de repressão violenta da ditadura militar.

Para alguns, o momento era de recuperar a voz de protesto represada durante anos. No caso de Adriana Ramos, que tinha acabado de entrar para a faculdade, era um despertar político.

"Eu não tinha consciência política. Vinha de uma família bem conservadora, de direita. Na escola, praticamente todos os colegas eram filhos de militares. Na época, vi toda a mobilização e os colegas de faculdade se organizando para ir ao comício. Lembro da minha mãe e da minha avó ficarem apreensivas. Mas, até pela ignorância de não saber muito o que significava aquela manifestação, fui na onda", lembra Adriana. "Foi algo que marcou muito minha relação com a política dali para a frente".

Lívia de Sá Baião também era estudante universitária na época. Estudava economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). Tinha 19 anos e trabalhava como estagiária em um banco próximo à Candelária, quando se encontrou com amigos para assistir ao comício.

Para alguns, o momento era de recuperar a voz de protesto represada durante anos.

"Aquele momento foi um marco na minha vida. Lembro muito da emoção de estar lá, de participar daquele momento, ouvir aqueles líderes falando" disse Lívia. "Ouvi o Brizola, o Tancredo Neves. A gente estava ali em um momento crucial". O jornalista Alceste Pinheiro também esteve no Comício da Candelária, mas como manifestante. Ele lembra que ficou na Avenida Rio Branco, onde ouvia os discursos, mas não tinha uma visão tão completa como a das pessoas que ficaram de frente para o palanque.

"Mas lembro dos ônibus superlotados, da cidade toda se movimentando naquela direção. Lembro do êxtase e da confiança das pessoas, do sentido dos discursos, muito bem preparados, bem armazenados na memória, do que se cantou. Lembro do que se gritou: Diretas Já! O Povo quer votar!".

Cobertura jornalística - O fotógrafo Rogério Reis trabalhava na revista Veja em 1984. Às vésperas do comício, a revista percebeu que o evento prometia ser grandioso, por causa do número de doações espontâneas feitas para os organizadores em uma conta do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj).

Governo cancela regime de urgência do Projeto de Lei das Falências

A Presidência da República pediu ao Congresso Nacional que cancele a urgência constitucional do Projeto de Lei das Falências, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados no fim de março e agora terá sua tramitação iniciada no Senado Federal. A solicitação pela retirada do regime de urgência da matéria consta de mensagem publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem, 10. Com o selo de urgência, as propostas têm tramitação mais célere no Legislativo, com prazos predefinidos e dispensa de algumas etapas para avançar mais rápido. O PL das Falências foi enviado pelo governo em janeiro para apreciação dos parlamentares e é uma das medidas da chamada "reforma microeconômica" defendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O texto que passou pela Câmara faz alterações na Lei de Falências e Recuperações com o objetivo de dar mais rapidez aos processos ao aumentar o poder dos credores. Foram 378 votos a favor e 25 contra.

MORTES VIOLENTAS

Dados de 2023

ASSASSINATOS NO BRASIL *(Em mil)*

Ano	Assassinatos (mil)
2017	59,1
2018	51,6
2019	41,7
2020	44,1
2021	42,2
2022	41,1
2023	39,5

Brasil teve 1.648 mortes a menos que em 2022

Queda de 4% nas mortes violentas ante 2022

ESTADOS COM MAIORES QUEDAS PERCENTUAIS

Estado	Variação
Sergipe	-22,6%
Tocantins	-19,8%
Rondônia	-14,5%

ESTADOS COM MAIORES ALTAS PERCENTUAIS

Estado	Variação
Amapá	49,5%
Rio de Janeiro	7,4%
Pernambuco	5,5%

Das 27 unidades da federação, **21 tiveram queda** nos assassinatos

FONTE Monitor da Violência G1 — INFOGRAFFO

Cidade de SP amplia a vacinação contra dengue; veja quem pode tomar e o que é preciso levar

Desde ontem, 10, todas as crianças e adolescentes de 10 a 14 anos que moram ou estudam na cidade de São Paulo já podem tomar a vacina contra a dengue.

As doses do imunizante serão distribuídas entre as 471 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e serão aplicadas de segunda a sexta-feira das 7h às 19h e aos sábados, nas unidades das AMAs/UBSs integradas no mesmo horário.

Há cerca de uma semana doses do imunizante contra a dengue já estavam sendo distribuídas para as crianças e adolescentes de 10 a 14 anos da cidade, mas apenas para moradores ou estudantes das regiões de Itaquera, na Zona Leste, e na Vila Jaguara, na Zona Oeste.

Segundo a prefeitura, isso aconteceu porque mais de 8 mil doses tinham sobrado de outras regiões do País e foram redistribuídas para os locais com maior número de casos absolutos e taxa de incidência da doença.

Agora, a capital recebeu 177.679 doses do imunizante do Programa Nacional de Imunização (PNI) e, por isso, ampliou a vacinação.

Até o momento, de acordo com a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo (SES- SP), foram registrados mais de 140 mil casos de dengue na capital. Além disso, 39 mortes foram confirmadas em decorrência da doença, e outras 137 seguem em investigação.

Quais documentos é necessário levar?

Para receber a vacina, a criança ou o adolescente precisa estar acompanhado de um responsável, portando documento de identidade, cartão de vacina e comprovante de residência ou escolar, de acordo com a Prefeitura.

Vale destacar ainda que as informações sobre a vacinação contra a dengue estão disponíveis na página De Olho na Carteirinha, da SES.

Haverá aplicação de vacina nas escolas?

Não. Inicialmente, a gestão municipal havia anunciado que a vacinação seria aplicada nas escolas, mas, após orientação do Ministério da Saúde, as doses serão aplicadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

Quando a criança não poderá ser vacinada?

Quando ela estiver com dengue ou suspeita da doença - nesses casos, é necessário esperar seis meses para tomar a vacina, de acordo com o Ministério da Saúde. Além disso, via de regra, as pessoas que tenham demonstrado hipersensibilidade à dose anterior da vacina e imunossuprimidos também não devem tomar o imunizante.

CCJ do Senado aprova, em votação simbólica, texto-base de PL dos seguros

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na manhã de ontem, 10, em votação simbólica, o texto-base do projeto de lei que cria um marco legal dos seguros no País.

O texto do relator Jader Barbalho (MDB-PA), representado pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI) foi fechado em acordo entre representantes do setor de seguros e o governo federal.

Os senadores ainda votarão separadamente uma emenda apresentada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição na Casa, para alterar o estatuto jurídico da Superintendência de Seguros Privados (Susep). A sugestão de Marinho é estabelecer independência financeira e administrativa à autarquia, com mandatos fixos dos dirigentes.

O senador Marcelo Castro, que está representando o relator, porém, argumentou que esse tipo de mudança tem de ser feita por lei complementar, e não por uma lei ordinária.

O projeto do marco legal dos seguros é uma das propostas prioritárias do Ministério da Fazenda no que vem sendo chamada de agenda microeconômica. Depois de anos de impasse, o projeto foi negociado no ano passado entre CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras), Susep e Ministério da Fazenda. O texto final foi fruto desse acordo entre as partes.

A Fazenda vê na proposta o potencial de alavancar investimentos no setor. A proposta estabelece regras mais transparentes e moderniza dispositivos já previstos no Código Civil e confere reforço legal na proteção dos segurados.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Lula assina MP que prevê redução de 3,5% a 5% na conta de luz

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na tarde de terça-feira (9), no Palácio do Planalto, uma medida provisória (MP) para permitir investimento em geração de energia sustentável e redução de reajustes anuais nas contas de luz até 2026.

A proposta prevê R$ 165 bilhões em geração hidroelétrica, eólica, solar e de biomassa. Segundo o governo, a proposta pode gerar até 400 mil empregos com os investimentos privados. Para que isso seja viabilizado, a MP, segundo o governo, permite adequação de prazos de projetos de geração de energia limpa e renovável ao cronograma de implantação das linhas de transmissão leiloadas pelo governo para escoamento para o centro de carga. Os empreendimentos de energia renováveis poderão acrescentar até 34 gigawatts (GW) de potência ao Sistema Interligado Nacional (SIN), segundo projeções do Ministério de Minas e Energia (MME)

A proposta também antecipa recebimento de recursos a serem pagos no processo de privatização da Eletrobras. Esses recursos pagariam os custos adicionais de energia pelo efeito da pandemia e da crise hídrica de 2021. A medida pode reduzir entre 3,5% a 5% os reajustes anuais nas contas de luz, de acordo com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

(Foto: EBC)

Texto também permite investimentos de R$ 165 bilhões em energia limpa.

"Vamos corrigir um erro grotesco que o setor elétrico conhece bem, do governo anterior. Alguém, em algum momento, achou uma ótima ideia fazer negócios com juros elevadíssimos e jogar o boleto no colo dos brasileiros e brasileiras mais pobres e da classe média, que são os consumidores regulados", destacou o ministro, que disse que os recursos serão usados para quitar empréstimos cujos juros estavam sendo repassados ao consumidor final.

"Vamos quitar, vamos trabalhar para isso, os empréstimos criados a juros abusivos, contraídos durante a [pandemia de] covid e durante escassez hídrica para minimizar e impedir mais aumento de energia. Devemos R$ 11 bilhões para diminuir a conta dos brasileiros. Essas duas contas foram contraídas de forma irresponsável e nunca deveriam ter sido jogadas no colo do consumidor de energia", acrescentou.

No evento, Lula não se manifestou. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que o governo vai buscar medidas para não onerar os consumidores.

No evento, Lula não se manifestou. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que o governo vai buscar medidas para não onerar os consumidores.

"O Brasil já tem as condições mais competitivas de produção de energia limpa do mundo. Portanto, nós agora temos que aproveitar todo o investimento que foi feito para caminhar no sentido da desoneração da energia do consumidor. E ao dizer isso, nós queremos só reforçar que o nosso desejo, a nossa expectativa é que esses investimentos possam rapidamente contribuir para a geração de emprego."

Em meio a embate Musk X Moraes, Cármen Lúcia diz que empresas se submetem às leis do País

A ministra Cármen Lúcia se somou terça-feira, 9, às manifestações de apoio ao colega Alexandre de Moraes na queda de braço com o empresário Elon Musk, dono do X, que ameaçou descumprir decisões judiciais de bloqueio a perfis na plataforma

Ao abrir a sessão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e sem citar diretamente o caso, a ministra afirmou que os magistrados têm o dever se fazer com que suas decisões sejam cumpridas.

"Todas as pessoas físicas ou jurídicas submetem-se ao Direito do País e cumprem as decisões judiciais. Ao juiz é conferida a tarefa de julgar e fazer com que se cumpram seus julgados", defendeu. "Para garantir a autoridade dos julgamentos e o seu cumprimento, há juízes no Brasil."

Cármen Lúcia disse ainda que há espaço para críticas e caminhos legais para contestar as decisões judiciais, mas defendeu que não há margem para o seu descumprimento.

"Decisão judicial pode ser objeto de recurso, pode ser criticada, pode ser questionada, só não pode ser descumprida", declarou. "Sem Judiciário independente e garantidor da eficácia dos seus julgados, não há garantia de direito. Sem a garantia do Estado Democrático de Direito, não há segurança da democracia. Sem democracia não há liberdade. E sem liberdade não há dignidade." A cúpula do Poder Judiciário se uniu em defesa de Moraes. Ontem, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, divulgou uma nota institucional com críticas ao que chamou de "instrumentalização criminosa das redes sociais". "Toda e qualquer empresa que opere no Brasil está sujeita à Constituição Federal", diz o comunicado.

Senado cria três frentes incluindo da Advocacia; saiba quais são as outras

A Comissão Diretora (CDIR) do Senado aprovou, terça-feira, 9, a criação de três frentes parlamentares: Frente Parlamentar da Advocacia, em Defesa da Pessoa Idosa e o Grupo Parlamentar Brasil-Japão.

De autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a Frente Parlamentar de Advocacia tem como finalidade reunir senadores e senadora com interesse na regulamentação legal, na higidez das prerrogativas e na efetividade dos deveres relativos à atividade de advocacia militante, em todas as áreas do direito Segundo texto, frente será voltada aos estudos, análise, regulamentações e atuação legislativa relativamente à advocacia brasileira. Para Pacheco, regulamentação legal da atividade advocatícia é uma atividade que deve ser cercada de cuidados especiais. "Na representação política, especialmente na parlamentar, sempre sobressaíram os advogados, contribuindo para a elaboração de nossas Constituições e para definição dos rumos da nação."

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa tem como objetivo apresentar proposições legislativas com a finalidade de promover a vida das pessoas idosas, considerando o aumento da população. De autoria da senadora Damares Alves (Republicanos-DF), o texto original da proposta apresenta que a iniciativa ficará responsável, também de realizar eventos para debater forma de promoção da vida da pessoa idosa. "O Brasil não parece estar se preparando para o fato de que sua população idosa aumentará e que será, cada vez mais, um traço marcante da sociedade, quiçá o mais marcante. A iniciativa que ora apresentamos busca, antes de tudo, dar à sociedade consciência de seu envelhecimento e das inúmeras formas de fazer disso uma solução e não um problema", afirma a senadora.

A frente será integrada pelos senadores e deputados federais que assinarem sua ata de instalação, permanecendo aberta para receber outros membros do Congresso Nacional que desejem posteriormente aderir ao órgão, mediante assinatura de instrumento próprio.

O Grupo Parlamentar Brasil-Japão, também sugerido por Damares, propõe incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os Poderes Legislativos dos países. Segundo ela, a crio Brasil é o maior parceiro comercial do Japão na América Latina, justificando aprovação do projeto. O projeto de resolução foi incluído em ordem do dia da sessão deliberativa do Senado de ontem, 10.

As frentes parlamentares são associações de representantes de vários partidos para debater sobre determinado tema de interesse da sociedade, que podem ser compostas apenas por deputados ou senadores. As iniciativas também podem ser mistas, formados por deputados e senadores. Já os grupos são associações dos políticos para fortalecer as relações entre o Congresso brasileiro e o parlamento de um país estrangeiro.

Governo defende órgão que supervisione obrigações das redes sociais

(Foto: EBC)

Nova versão do PL das Fake News está em debate, diz secretário.

O governo federal defende que um órgão ou entidade independente monitore o cumprimento da legislação brasileira pelas redes sociais, afirmou, terça-feira (9) o secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), João Brant.

"Precisa ter uma entidade de supervisão em relação às obrigações das plataformas. Uma parte das obrigações, que são especificamente das plataformas, precisam estar sob supervisão de um órgão independente. O governo está batendo martelo qual órgão do Poder Executivo deve cumprir esse papel", afirmou Brant, em entrevista exclusiva aos veículos da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), acrescentando que não há definição de qual entidade fará esse papel.

O Projeto de Lei (PL) 2630, que prevê a regulação das plataformas digitais, conhecido como PL das Fake News, está em tramitação na Câmara dos Deputados sob a relatoria do deputado Orlando Silva (PCdo-B-SP). Em abril do ano passado, o relator retirou do texto o trecho que previa a criação de uma autarquia federal para monitorar o cumprimento das regras pelas plataformas. À época, Orlando argumentou que a criação do novo órgão não tinha apoio da maioria dos partidos.

Com os ataques do multibilionário Elon Musk, dono da plataforma X, antigo Twitter, ao ministro Alexandre de Moraes, lideranças governistas e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) voltaram a defender a necessidade de se aprovar uma regulação para as redes sociais.

Senadores querem a reinserção de cidade e estado nas placas dos veículos brasileiros

Em audiência pública realizada terça-feira, 9, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, parlamentares e especialistas defenderam a reintrodução do registro da cidade e do estado nas placas dos veículos brasileiros. Sob argumento de que as informações melhoram a fiscalização e a identificação da frota, contribuindo para a segurança pública, os participantes endossaram o projeto de lei de autoria do senador Esperidião Amin (PP-SC) que trata do tema.

A proposta, que busca alterar o Código de Trânsito Brasileiro, passará a valer, caso seja aprovada, apenas um ano após a publicação da lei. Assim, não será necessário reemplacar veículos.

De acordo com Amin, a retirada dos dados geográficos das placas automotivas traz consequências negativas à fiscalização do trânsito, apesar de promover a padronização da frota. Ele justifica que a informação é importante para que "as autoridades de trânsito e de segurança pública consigam identificar com facilidade a origem de um veículo em situações como infrações de trânsito, roubos, furtos e outros crimes relacionados ao veículo".

(Foto: Senado)

Concordando com o senador, o vice-presidente da Associação dos Fabricantes de Placas de Veículos de Santa Catarina, Aron Woss Uliano, disse que a placa veicular atua como um documento que não só colabora para a punição de infratores, mas também auxilia na arrecadação do Estado. Asssim como ele, o coordenador-geral de Segurança Viária do Ministério da Justiça, Jeferson Almeida Moraes, afirma que as informações geográficas dos veículos contribuem para o controle da frota nas estradas.

PL contraria Bolsonaro e diz que segue com processo contra Moro 'até o final'

O advogado Bruno Cristaldi, um dos responsáveis pela ação do PL que pede a cassação do mandato do senador Sérgio Moro (União-PR), afirmou que a equipe jurídica do partido não tem nenhuma orientação sobre deixar de recorrer no caso, se o parlamentar for absolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). Questionado sobre a orientação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para que o caso não vá para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), instância superior onde cabe recurso, ele afirmou que "nunca chegou absolutamente nada nesse sentido". Nesta segunda-feira, 8, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou que seu pai pediu ao PL para não recorrer ao TSE se Moro for absolvido. Conforme mostrou a Coluna do Estadão, a avaliação é que o desgaste político de o PL estar associado ao PT no processo é mais danoso que as desavenças antigas com Moro. O TRE analisa, de forma conjunta, as ações apresentadas pelo PL e pela Federação Brasil da Esperança, composta por PT, PCdoB e PV. Cristaldi disse ao Estadão, na tarde desta terça-feira, 9, que "o processo segue até o final", reafirmando a posição que ele e o advogado do PT, Luiz Eduardo Peccinin, expuseram na última semana, de que as chances de não recorrerem da decisão, caso Moro seja absolvido, são praticamente nulas. Procurado pelo Estadão, o deputado federal e presidente do PL no Paraná, Fernando Giacobo, não respondeu até a publicação deste texto.

O julgamento foi para sua quarta sessão nesta terça-feira, e o placar está em 3 a 2 para a absolvição. As duas equipes jurídicas disseram que não há dúvidas que o processo vai seguir até todos os recursos serem esgotados. Caso a Corte do Paraná decida por manter o mandato do ex-juiz da Operação Lava Jato no Senado, os autos devem ser remetidos à Corte superior em maio, segundo estimativa do TRE. Independentemente do resultado no TRE-PR, Moro seguirá no cargo como senador até uma definição do TSE.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Marcello Laneza Felício - Secretário Municipal de Saúde
PREGÃO ELETRÔNICO nº 071/2024 - PROCESSO n° 09.711/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 0712024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE MEDICAMENTOS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 11 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25 DE ABRIL DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 10 de Abril de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA E SERVIÇOS
Paulo Sérgio Alves - Secretário Municipal de Zeladoria e Serviços
PREGÃO ELETRÔNICO nº 091/2024 PROCESSO n° 11.276/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 0912024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 10 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 26 DE ABRIL DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 10 de Abril de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO - TURISMO
Junot de Lara Carvalho - Secretário Municipal de Desenvolvimento
PREGÃO ELETRÔNICO nº 050/2024 PROCESSO n° 8.669/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90058/2023

OBJETO: CONTRATÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ARBITRAGEM E APURAÇÃO DE RESULTADOS DE EVENTOS ESPORTIVOS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 11 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 29 DE ABRIL DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 10 de Abril de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA
Geraldo Pupo da Silva - Secretário Municipal de Esportes e Promoção de Qualidade de Vida
PREGÃO ELETRÔNICO nº 046/2024 PROCESSO n° 8.584/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90046/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO (AGASALHOS), PARA OS JOGOS REGIONAIS DE 2024. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 11 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25 DE ABRIL DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 10 de Abril de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA E SERVIÇOS
Paulo Sérgio Alves - Secretário Municipal de Zeladoria e Serviços
PREGÃO ELETRÔNICO nº 101/2024 PROCESSO n° 11.901/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90101/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇADA. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 11 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 26 DE ABRIL DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 10 de Abril de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO - TURISMO
Junot de Lara Carvalho - Secretário Municipal de Desenvolvimento
PREGÃO ELETRÔNICO nº 064/2024 PROCESSO n° 09.696/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90067/2023

OBJETO: CONTRATÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO AO VIVO DO FESTIVAL “BRASIL RIDE”. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 11 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 29 DE ABRIL DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 10 de Abril de 2024

INSTITUTO “LAURO DE SOUZA LIMA” - Acha-se aberto no Instituto “Lauro de Souza Lima”, em Bauru/SP, o PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90002/24, processo nº 024.00039764/2024-93, destinado a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS PARA AFERIÇÃO DE POTABILIDADE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO DURANTE O EXERCÍCIO 2024, NESTE INSTITUTO**. O edital encontra-se disponível no site: compras.Gov.br e a abertura da sessão será dia 25/04/2024 as 09:00 horas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

Nº: 003/2024 – **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE GÁS GLP, POR RECARGA, ENGARRAFADO EM CILINDROS DE 05, 13, 45 E 90 QUILOGRAMAS. FORNECIMENTO PARA 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA E PONTO A PONTO, SOB DEMANDA. VASILHAMES EM REGIME DE COMODATO OU À BASE DE TROCA – **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 24 de abril de 2024, às 09:00 horas. Disponível no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.gov.br/compras. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

LEANDRO BASSINI - Secretário Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

REABERTURA nos Termos da Lei 8.666/93 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 131/23 – Objeto Registro de preços para eventual aquisição de material de sinalização de trânsito para interdição/desvio, destinados à Diretoria de Trânsito e Transportes, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM.** Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Pública, informando o provimento à impugnação apresentada tempestivamente pela empresa EPINET COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA, em 18/01/2024, alterando desta forma o edital e anexos. Informando ainda a reabertura de prazos para a sessão do pregão epigrafado**: CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro das propostas Iniciais**: 09 horas do dia 11/04/24 até às 09 horas do dia 25/04/24**. Abertura de Propostas Iniciais: **25/04/24 às 09:05 horas**. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.campolimpopaulista.sp.gov.br ou www.novobbmnet.com.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8376/4039-8326, pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br ou diretamente na Diretoria de Compras e Licitações desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

FAUSTO LUIS ALVES
Secretário Municipal de Gestão Pública

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

*****AVISO DE LICITAÇÃO*****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. Do Bom Sucesso, nº 144, Bairro Alto do Cardoso:

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS 036/2024 (PMP 3555/2024)
Para “Aquisição de insulinas análogas padronizadas na remume e para cumprir decisão judicial” com recebimento das propostas até dia 24/04/2024 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://licitar.digital/ para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 13/2024 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CABOS DIVERSOS VOLTADOS A SEGURANÇA E CONECTIVIDADE PAR ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.** O período de envio das propostas será a partir de 12/04/2024 até 25/04/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 25/04/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 12/04/2024. Orlândia, SP, 10 de Abril de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 33/2024 cujo objeto é o **AQUISIÇÃO DE MACACÕES E COTURNOS PARA OS PROFISSIONAIS DO SAMU.** O período de envio das propostas será a partir de 12/04/2024 até 25/04/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 25/04/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 12/04/2024. Orlândia, SP, 10 de Abril de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 011/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.400/2023 - PROCESSO DIGITAL Nº 16.021/2023
HOMOLOGAÇÃO

O Município de Araçatuba TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que a licitação supra, de MENOR PREÇO GLOBAL, destinada à “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA URBANA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, GUIAS E SARJETAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL, COM O FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DA PLACA DE OBRA NO BAIRRO ENGENHEIRO TAVEIRA”, foi homologada e adjudicada pelo Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, o objeto à empresa:
- PÉROLA CONSTRUTORA LTDA., no valor de R$ 4.490.857,08 (Quatro milhões, quatrocentos e noventa mil, oitocentos e cinqüenta e sete reais e oito centavos).

GABINETE DO PREFEITO - Araçatuba, 09 de abril de 2024.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, no uso de suas prerrogativas legais, TORNA PÚBLICO, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2024, conforme segue:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2024 - Processo Administrativo nº 3.966/2024

OBJETO: seleção de Organização Social para firmar Contrato de Gestão para gerenciar, operacionalizar e executar ações e serviços de saúde de Urgência e Emergência: Pronto-Socorro Municipal “Ainda Vanzo Dolce”, Central de Regulação Médica e Transporte de Urgência e Emergência, em regime de 24 horas/dia, e outros serviços de urgência e emergência que vierem a ser implantados, que assegure assistência universal e gratuita à população, bem como qualidade da assistência.

Os interessados deverão enviar os DOCUMENTOS e a PROPOSTA TÉCNICA FINANCEIRA, conforme solicitado em edital que serão recebidos até a sessão de Reconhecimento e Abertura, às 09h30min do dia 03 de junho de 2024, na sala de licitações – Paço Municipal, sito à Rua Coelho Neto, nº 73 – Araçatuba/SP.

O Edital estará disponível no Site oficial da Prefeitura Municipal de Araçatuba www.aracatuba.sp.gov.br e os interessados deverão proceder de acordo com as especificações do referido para envio dos documentos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Araçatuba, 10 de abril de 2024.
CARMEM SILVIA GUARIENTE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CÂMARA MUNICIPAL DE TIETÊ

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2024

A Câmara Municipal de Tietê/SP, através de seu Presidente, torna público aos interessados que fará realizar na quinta-feira, **dia 25 de abril de 2024, às 09h00**, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço global, objetivando Contratação de Empresa especializada em Engenharia Civil para execução da reforma da edificação da Câmara Municipal de Tietê. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ou através de uma corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações do Brasil (Plataforma BLL) através do telefone: (41) 3097-4600, ou do e-mail contato@bll.org.br, ou de sua plataforma www.bll.org.br, até o horário fixado neste Edital, para apresentação da proposta e início do Pregão. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site da Câmara Municipal de Tietê, através do www.camaratiete.sp.gov.br, informações quanto ao Edital poderão ser solicitadas em dias úteis, das 08h00 às 16h00, através do telefone 015 3285 9500 ou do e-mail licitação@tiete.sp.leg.br

Câmara do Município de Tietê, 10 de abril de 2024.
ADRIANO ARONCHI - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIETÊ

AVISO DE LICITAÇÃO
Edital de Licitação n° 14/2024 - Tipo de Licitação “Menor Valor Por Item”
Processo Administrativo nº 250/2024 - Modalidade Pregão Eletrônico n° 11/2024

OBJETO: *aquisição através de registro de preços de agregado Reciclado Misto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.*

A Prefeitura Municipal de Itirapina torna pública e a quem possa interessar que, será realizado a abertura da sessão pública em referência:

➢ *Local:* https://bll.org.br//
➢ *Início de envio da Proposta:* **11 de março de 2024.**
➢ *Recebimento de Propostas até:* **29 de abril de 2024 –** Horas: **08h15 min.**
➢ *Início dos lances:* **29 de abril de 2024 –** Horas: **08h30 min.**

Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital:
1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br, ou;
2) Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//
3)Requisitar nos e-mails: licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br.

Itirapina, 10 de abril de 2024.
FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES - Secretário Municipal da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 32/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 24/04/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 24/04/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 24/04/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 10 de abril de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 33/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ENDOSCOPIA. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 24/04/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 24/04/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 24/04/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 10 de abril de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 34/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DETECÇÃO E CONTROLE DE DIABETES MELLITUS. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 25/04/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 25/04/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 25/04/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 10 de abril de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 35/2024

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 25/04/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 25/04/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 25/04/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 10 de abril de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 36/2024

Objeto: Registro de preços para aquisição anual de aventais cirúrgicos descartáveis. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 26/04/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 26/04/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 26/04/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 10 de abril de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 37/2024

Objeto: Aquisição de mobiliário para consultórios odontológicos. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 26/04/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 26/04/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 26/04/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 10 de abril de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura Municipal de Taubaté informa que se acham abertos os pregões eletrônicos abaixo, junto ao respectivo Departamento de Compras. Maiores informações pelo telefone (0xx12) 3625.5010, ou à Avenida Tiradentes nº520 - Centro, Taubaté/SP CEP 12030-180, mesma localidade, das 08hs às 12hs e das 13hs às 17hs sendo R$ 49,10 (quarenta e nove reais e dez centavos) o custo de cada edital, para retirada na Prefeitura. Os editais também estarão disponíveis sem custos, pelo site desta Municipalidade, www.taubate.sp.gov.br, e pela plataforma eletrônica do ComprasBR www.comprasbr.com.br. **Pregão eletrônico Nº 34/24 Edital I**, que cuida da aquisição de repelente de insetos, com encerramento dia **25.04.24 às 08h30. Pregão eletrônico Nº 52/24 Edital I**, que cuida da aquisição de vacinas éticas, sendo 300 (trezentas) doses de vacina óctupla (V8) para caninos e 180 (cento e oitenta) doses de vacina quádrupla para felinos, com encerramento dia **25.04.24 às 08h30. Pregão eletrônico Nº 47/24**, que cuida da aquisição de roçadeiras, podador de galhos, cortadores de grama, gerador de energia, airless (máquina de pintura) e bebedouros, com encerramento dia **25.04.24 às 08h30. Pregão eletrônico Nº 69/24**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de geradores, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, com encerramento dia **26.04.24 às 08h30**.

PMT, aos 10.04.2024.
OSÉ ANTONIO SAUD JÚNIOR - Prefeito Municipal.

Fluxo total de veículos em estradas recua 1,2% em março ante fevereiro, mostra ABCR

O fluxo total de veículos em estradas com pedágio recuou 1,2% na passagem de fevereiro para março, na série com ajuste sazonal, informaram a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) e a Tendências Consultoria Integrada. Nas aberturas, o fluxo de veículos pesados contraiu 0,4% na margem, enquanto o de veículos leves caiu ainda mais: 1,2%. Na comparação com março de 2023, contudo, o fluxo total de veículos cresceu 2,4%, puxado pela alta de 4,1% no fluxo de veículos leves no período. Já nos veículos pesados, houve recuo de 2,7% no fluxo em estradas com pedágio, também pela base de comparação inteanual. Nos últimos 12 meses, o índice total acumula crescimento de 5,2%, como resultado do aumento de 5,7% no fluxo de veículos leves e de 3,8% no de pesados. “A queda de fluxo de leves em março na margem intensifica a tendência de perda de tração demonstrada nos últimos meses”, destacaram, em nota, os analistas da Tendências Consultoria Thiago Xavier e Davi Gonçalves.

Para eles, essa perda de dinamismo pode ser explicada por um ambiente macroeconômico com sinais iniciais de perda de dinamismo no mercado de trabalho, aliado ao incremento das pressões inflacionárias, que afetou o orçamento familiar no período. “Além disso, a relativa estabilidade em 2024 deve ser contextualizada. O indicador se encontra em patamar historicamente elevado, apenas 2,3% abaixo de dezembro de 2023 , quando houve o pico da série histórica, iniciada em 1999”, acrescentam os analistas.

Em relação ao fluxo de veículos pesados, Xavier e Gonçalves apontam que o segmento tem captado as limitações do baixo desempenho da indústria e da menor produção de grãos neste ano. “À frente, a demanda por fretes logísticos deve captar forças distintas - de um lado, o desaquecimento da demanda por escoamento agrícola e, por outro lado, o crescimento gradual da produção industrial”, preveem.

Estados - O fluxo total de veículos em rodovias com pedágio em São Paulo caiu 1,3% em março frente a fevereiro, em termos dessazonalizados, de acordo com a ABCR. O segmento de leves apresentou queda de 1,5%, enquanto o fluxo de veículos pesados diminuiu 0,1% no período. Em relação ao mesmo período de 2023, o índice total em São Paulo cresceu 2,3%, com a alta de 3,8% nos veículos leves mais do que compensando a queda de 2,6% nos pesados.

BNDES lança edital de R$ 60 milhões para projetos ligados a corais

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abriu ontem, 10, uma chamada pública para seleção de projetos relacionados à pesquisa e proteção de corais no litoral do País. Serão R$ 60 milhões não reembolsáveis, dos quais o BNDES vai entrar com R$ 30 milhões. A outra metade será aportada por empresas privadas, organismos internacionais e governos estaduais ainda não definidos.

Segundo a diretora Socioambiental do BNDES, Tereza Campello, as propostas poderão ser enviadas ao BNDES de hoje até 5 julho. Serão aceitos projetos em cinco diferentes linhas: melhoramento da qualidade das águas de bacias que alimentam corais; combate a espécies exóticas; combate à pesca predatória; ordenamento turístico comunitário ligado a corais; e mapeamento, manutenção e proteção de corais.

O público alvo são universidades, entidades de pesquisa e organizações não governamentais. Iniciativas ligadas a grandes empresas não podem participar do lado da demanda, somente na oferta dos recursos, sublinhou Campello.

A área focal do edital BNDES corais é o litoral que vai do Norte do Espírito Santo até o Maranhão, cerca de 3 mil quilômetros de costa, onde estariam concentrados os recifes mais relevantes de todo o Atlântico Sul.

O perímetro abarcado inclui duas concentrações de corais mais distantes da costa, o Parcel do Manoel Luís, no litoral do Maranhão, e Abrolhos, no litoral correspondente ao sul da Bahia.

Segundo Campello, não há previsão de novos recursos com essa finalidade (corais) em 2024, mas novas rodadas análogas podem acontecer nos próximos anos. Questionada, ela também disse que o projeto do BNDES nada tem a ver com estudos relacionados à viabilidade da exploração de petróleo na Margem Equatorial.

Fazenda publica portaria com agenda regulatória do mercado de bets

O Ministério da Fazenda publicou portaria com a agenda regulatória do mercado de bets no País no Diário Oficial da União de ontem, 10. A medida instituiu a Política Regulatória da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), que estrutura de maneira sistemática a regulação das apostas de quota fixa no País, com avanços para a gestão e supervisão do setor. A portaria traz um cronograma para a implementação de medidas ao longo dos próximos meses, divididas em quatro etapas que irão até julho. De acordo com a Fazenda, “a portaria oferece segurança jurídica, garante previsibilidade e eficiência ao processo de regulamentação, e assim, solidifica as bases para um ambiente de apostas estável e confiável no Brasil”. Na primeira fase, até o fim de abril, serão publicadas novas portarias com as regras gerais para os meios de pagamento, requisitos técnicos e de segurança dos sistemas de apostas utilizados pelos agentes operadores para exploração da modalidade lotérica e as regras, condições e abertura do procedimento para requerimento da autorização para exploração comercial das apostas de quota fixa em todo o território nacional. Estas ações dão sequência às regras para habilitação dos laboratórios de certificação dos sistemas de apostas, dos estúdios de jogo ao vivo e dos jogos online, que foram publicadas em fevereiro. A etapa seguinte, que deve durar até o fim de maio, trará outras portarias sobre lavagem de dinheiro e outros delitos, o conjunto de regras a serem observadas pelos operadores em relação às disposições legais e aos direitos dos apostadores e a portaria contendo os requisitos e procedimentos para habilitação dos estúdios de jogo ao vivo e dos jogos online que poderão ser disponibilizados aos apostadores.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

ARCO EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ nº 20.023.340/0001-45

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	366	11.224	503.369	202.103
Aplicações financeiras	23	4.238	123.815	391.785
Contas a receber de clientes	-	-	1.187.175	856.887
Estoques	-	-	314.692	254.060
Despesas Antecipadas	9	19	101.683	74.891
Impostos a recuperar	369	2.379	67.315	67.166
Partes relacionadas (AC)	1.157	137	13.947	7.121
Dividendos a receber	2.608	7.374	-	-
Outras contas a receber	-	120	6.133	6.221
Total do ativo circulante	**4.532**	**25.491**	**2.318.129**	**1.860.234**
Não circulante				
Impostos diferidos	4	14.898	445.178	337.272
Impostos a recuperar (LP)	6	1.492	6.797	11.108
Aplicações financeiras (LP)	-	-	668	30.861
Empréstimos a investidas	196.668	129.275	325.177	210.989
Outras contas a receber	-	-	82.998	78.032
	196.678	**145.665**	**860.818**	**668.262**
Investimentos	2.991.606	2.614.642	26.667	23.936
Imobilizado	-	-	46.675	59.031
Direito de uso	-	-	42.388	68.696
Intangível	-	-	3.178.273	3.183.533
	2.991.606	**2.614.642**	**3.294.003**	**3.335.196**
Total do ativo não circulante	**3.188.284**	**2.760.307**	**4.154.821**	**4.003.458**
Total do ativo	**3.192.816**	**2.785.798**	**6.472.950**	**5.863.692**

Passivo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Fornecedores	108	59	228.252	173.078
Obrigações sociais e trabalhistas	13.108	2.171	150.751	89.315
Impostos e contribuições a recolher	3.965	238	27.553	9.217
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	13.562	28.576
Adiantamento de clientes	-	-	36.225	16.079
Passivo de arrendamento	-	-	24.946	34.329
Empréstimos e financiamentos	-	-	121.188	94.466
Obrigações a cotistas sênior de FIDC	-	-	29.237	-
Instrumentos financeiros derivativos passivos	-	-	8.007	3.693
Contas a pagar de aquisição societária	-	-	869.519	1.060.746
Dividendos a pagar	5.700	5.699	5.700	5.700
Outras contas a pagar	14.706	14.827	7.477	5.646
Total do passivo circulante	**37.587**	**22.994**	**1.522.417**	**1.520.845**
Não circulante				
Obrigações sociais e trabalhistas (PNC)	2.776	261	5.870	1.451
Passivo de arrendamentoP)	-	-	24.011	42.576
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.741.733	1.210.619
Obrigações a cotistas sênior de FIDC	-	-	84.375	-
Instrumentos financeiros derivativos passivos	-	-	-	4.500
Provisão para contingências	-	-	2.787	3.174
Contas a pagar de aquisição societária (PNC)	-	-	12.160	330.457
Outras contas a pagar)	72.958	13.094	102	621
Total do passivo não circulante	**75.734**	**13.355**	**1.871.038**	**1.593.398**
Patrimônio líquido				
Capital social	3.243.211	2.822.728	3.243.211	2.822.728
Reservas de capital	(9.208)	(43.563)	(9.208)	(43.563)
Prejuízos acumulados	(241.357)	(54.569)	(241.357)	(54.569)
Reserva de remuneração baseado em ações	86.849	24.853	86.849	24.853
Total do patrimônio líquido	**3.079.495**	**2.749.449**	**3.079.495**	**2.749.449**
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.192.816**	**2.785.798**	**6.472.950**	**5.863.692**

Demonstrações dos Resultados

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	-	-	2.202.205	1.775.427
Custo das vendas	(1)	(2)	(752.023)	(500.526)
Lucro bruto	**(1)**	**(2)**	**1.450.182**	**1.274.901**
Despesas operacionais				
Despesas de vendas	(144)	(55)	(755.030)	(664.713)
Despesas gerais e administrativas	(124.623)	(24.581)	(551.861)	(315.591)
Equivalência patrimonial	(61.260)	33.712	(2.091)	(1.927)
Outras receitas (despesas), líquidas	(40)	163	(7.749)	6.194
Lucro (prejuízo) operacional	**(186.068)**	**9.237**	**133.451**	**298.864**
Receitas financeiras	21.165	16.356	153.854	190.057
Despesas financeiras	(6.991)	(706)	(481.834)	(432.605)
Resultado financeiro	14.174	15.650	(327.980)	(242.548)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(171.894)**	**24.887**	**(189.310)**	**56.316**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	(24.834)	(44.473)
Diferido	(14.894)	3.000	32.575	16.044
	(14.894)	3.000	7.741	(28.429)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(186.788)**	**27.887**	**(186.788)**	**27.887**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(186.788)	27.887	(186.788)	27.887
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**(186.788)**	**27.887**	**(186.788)**	**27.887**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reserva de remuneração baseado em ações	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.822.728**	**(38.090)**	**-**	**-**	**21.278**	**(82.456)**	**2.723.460**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.887	27.887
Efeitos reflexo de investidas	-	(5.473)	-	-	3.575	-	(1.898)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.822.728**	**(43.563)**	**-**	**-**	**24.853**	**(54.569)**	**2.749.449**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(186.788)	(186.7881.569)
Aumento de capital	420.483	-	-	-	-	-	420.483
Baixas Plano de Opções Ações Restritas	-	19.272	-	-	(19.272)	-	-
Efeitos reflexo de investidas	-	15.083	-	-	8.225	-	23.308
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	-	-	73.043	-	73.043
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.243.211**	**(9.208)**	**-**	**-**	**86.849**	**(241.357)**	**3.079.495**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(171.894)	24.887	(194.529)	56.316
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	309.315	277.167
Provisão para perda nos estoques	-	-	53.334	40.671
Provisão para perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	-	-	123.205	(2.247)
Valor residual de ativo imobilizado e ativo intangível baixados	-	-	1.154	430
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	5.541	11.528
Juros na aquisição de investimentos	-	-	145.666	184.218
Rendimento de aplicação financeira não equivalente de caixa	-	5.408	(15.648)	(19.461)
Equivalência patrimonial	61.260	(33.712)	2.091	1.927
Mudança de valor justo em aquisição de investimento	-	-	57.140	568
Provisão para contingências	-	-	(272)	1.776
Plano de remuneração de acionistas	73.043	3.575	96.352	(2.174)
Juros sobre arrendamento	-	-	8.098	4.423
Juros provisionados	-	-	226.199	157.924
Obrigações previdenciárias plano de remuneração de acionistas	-	-	3.675	2.024
Valor justo na aquisição de investimentos	-	-	(484)	(1.379)
Ganho em mudança de participação	-	-	(4.312)	-
Juros ativos	(15.275)	-	(36.981)	(22.314)
Variação cambial	-	-	(533)	(4.141)
Perda na venda de investimentos	-	-	7.508	-
Outros	-	-	858	(53)
	(52.866)	158	787.379	687.203
Variação nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	-	-	(381.862)	(263.364)
Estoques	-	-	(98.164)	(122.609)
Impostos a recuperar	3.927	3.215	12.730	(16.736)
Outras contas a receber	(48.176)	3.878	(17.895)	(135.909)
Fornecedores	49	(3.339)	32.682	69.786
Obrigações sociais e trabalhistas	13.452	2.954	36.178	6.333
Impostos e contribuições a recolher	3.727	(143)	7.501	1.108
Adiantamento de clientes	-	-	(650)	(19.212)
Outras contas a pagar	54.482	27.921	(1.715)	2.453
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	**(25.405)**	**34.644**	**376.184**	**209.053**
Juros pagos de arrendamento	-	-	(7.108)	(3.991)
Juros pagos de empréstimos	-	(1.990)	(192.491)	(101.419)
Juros pagos de contas a pagar de aquisição societária	-	-	(167.794)	(72.930)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(39.860)	(53.676)
Pagamento de contraprestação contingente	-	-	(42.326)	(70.687)
Pagamento de Stock Option	-	-	-	(75.578)
Resgate de rendimentos de aplicação financeira	137	-	12.998	49.153
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(25.268)**	**32.654**	**(60.397)**	**(120.075)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	-	-	(12.137)	(14.322)
Aquisição de intangível	-	-	(152.898)	(165.201)
Aquisição de investida	-	-	(25)	(32)
Aplicações financeiras	(254)	271.791	(484.173)	(975.525)
Aumento de capital em investidas	(48.000)	(19.200)	-	-
Venda de participação em investida	-	-	452	-
Dividendos recebidos de investidas	21.202	-	-	-
Contas a pagar de aquisição societária	-	-	-	(1.270)
Resgate aplicações financeiras	4.332	-	796.919	1.537.243
Transações com partes relacionadas	-	(102.759)	(82.643)	(4.811)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(22.720)**	**149.832**	**65.495**	**376.082**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	37.130	1	37.130	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	658.024	1.188.980
Pagamento de arrendamento	-	-	(37.056)	(21.485)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(200.000)	(24.371)	(1.122.498)
Pagamento de contas a pagar de aquisição societária	-	-	(503.606)	(309.683)
Caixa líquido usando nas (gerado pelas) atividades de financiamento	**37.130**	**(199.999)**	**130.121**	**(264.686)**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	(806)	(66)
Caixa adquirido da reestruturação societária	-	-	166.853	-
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(10.858)**	**(17.513)**	**301.266**	**(8.745)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.224	28.737	202.103	210.848
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	366	11.224	503.369	202.103
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(10.858)**	**(17.513)**	**301.266**	**(8.745)**

Diretoria

Roberto Rabello Otero - Diretor
Francigleidson Teixeira Oliveira - CE-023017/O-3 - Contador

A Companhia optou pela publicação resumida das Demonstrações Financeiras que estão disponíveis na sede da empresa

Ágil Promotora de Vendas Ltda.

CNPJ/MF nº 09.657.013/0001-02

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais R$)

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da empresa demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: https://publilegal.diariodenoticias.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 15 de Março de 2024, sem modificações.

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Barueri, 31 de Março de 2024.

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.834	3.830	2.370
Contas a receber	5	917	164	2.033
Estoques	6	-	-	2.659
Partes relacionadas	13	3.699	172	3.699
Tributos a recuperar	-	9	9	464
Outros créditos	-	24	21	87
Total do ativo circulante		**6.483**	**4.196**	**11.312**
Ativo não circulante				
Outros créditos	-	-	30	-
Investimentos	7	2.408	-	-
Imobilizado	8	132	79	159
Direito de uso	9	183	240	183
Total do ativo não circulante		**2.723**	**349**	**342**
Total do ativo		**9.206**	**4.545**	**11.654**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023
Passivo circulante				
Fornecedores	10	254	184	1.384
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	1.243
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	2.476	2.224	2.551
Partes relacionadas	13	-	32	-
Arrendamento por direito de uso		73	71	73
Adiantamento de comissão - VW	15	1.167	-	1.167
Outros passivos	-	257	169	257
Total do passivo circulante		**4.227**	**2.680**	**6.675**
Passivo não circulante				
Adiantamento de comissão - VW	15	2.333	-	2.333
Arrendamento por direito de uso	14	110	168	110
Obrigações tributárias	12	237	468	237
Total do passivo não circulante		**2.680**	**636**	**2.680**
Patrimônio líquido				
Capital social	18	125	125	125
Reserva legal	18	25	25	25
Reserva de lucros	-	2.149	1.079	2.149
Total do patrimônio líquido		**2.299**	**1.229**	**2.299**
Total do passivo e patrimônio líquido		**9.206**	**4.545**	**11.654**

Demonstrações dos Resultado

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023
Receita líquida dos serviços prestados	19	48.253	37.380	49.356
Custo dos serviços prestados	20	(3.820)	(3.175)	(4.314)
Lucro bruto		**44.433**	**34.205**	**45.042**
Receitas/(despesas) operacionais:				
Despesas comerciais e administrativas	20	(3.633)	(2.648)	(4.245)
Resultado equivalência patrimonial	7	(22)	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	20	52	(19)	52
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		**40.830**	**31.538**	**40.849**
Receitas financeiras	21	400	331	460
Despesas financeiras	21	(292)	(272)	(358)
Lucro antes do IR e CS		**40.938**	**31.597**	**40.951**
Imposto de renda e contribuição social	16	(5.695)	(4.400)	(5.708)
Lucro líquido do exercício		**35.243**	**27.197**	**35.243**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	35.243	27.197	35.243
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**35.243**	**27.197**	**35.243**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**125**	**25**	**678**	**-**	**828**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.197	27.197
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	-	-	(6.799)	(6.799)
Dividendos adicionais	18	-	-	-	(19.997)	(19.997)
Transferência de reserva de lucros	-	-	-	401	(401)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**125**	**25**	**1.079**	**-**	**1.229**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	35.243	35.243
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	-	-	(8.811)	(8.811)
Dividendos adicionais	18	-	-	-	(25.362)	(25.362)
Transferência de reserva de lucros	-	-	-	1.070	(1.070)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**125**	**25**	**2.149**	**-**	**2.299**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023
Das atividades operacionais			
Lucro antes da provisão para o IR e a CS	40.938	31.597	40.951
Despesas/ (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Depreciações	27	18	29
Equivalência patrimonial	22	-	-
Amortização direito de uso	40	39	40
Correção direito de uso	17	(26)	17
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	23
(Aumento)/ redução de ativos			
Contas a receber	(753)	(43)	(1.869)
Estoques	-	-	(2.659)
Outros créditos	27	(30)	(36)
Tributos a recuperar	-	-	(455)
Partes relacionadas	(3.527)	(172)	(3.527)
Aumento/ (redução) de passivos			
Fornecedores	70	72	1.200
Obrigações trabalhistas e tributárias	(64)	290	(2)
Outras contas a pagar e adiantamentos	88	(46)	88
Partes relacionadas	(32)	2	(32)
Arrendamento por direito de uso	(56)	(14)	(56)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.610)	(3.859)	(5.610)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	**31.187**	**27.828**	**28.102**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Compra de ativo imobilizado	(80)	(51)	(109)
Aporte de capital	(2.430)	-	-
Caixa e equivs de caixa empresas consolidadas	-	-	3.830
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de investimento	**(2.510)**	**(51)**	**3.721**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de lucros e dividendos	(34.173)	(26.796)	(34.173)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	1.220
Adiantamento VW	3.500	-	3.500
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(30.673)**	**(26.796)**	**(29.453)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1.996)**	**981**	**2.370**
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3.830	2.849	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.834	3.830	2.370
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1.996)**	**981**	**2.370**

Notas Explicativas: Contexto operacional: A **Ágil Promotora de Vendas S.A.** ("Sociedade") tem sua sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, e foi constituída em 26 de maio de 2008. Sua principal atividade consiste na intermediação e agenciamento de serviços. A Sociedade é parte de um grupo que atua na atividade de comercialização de veículos, novos e usados, de diversas marcas, conhecido como Grupo Carrera ("Grupo"). Seus negócios são desenvolvidos dentro do contexto de grupo empresarial, onde suas receitas de intermediação e agenciamento de serviços são provenientes das operações comerciais realizadas pelas empresas que compõem o Grupo. Os custos administrativos comuns do Grupo são rateados e a parte atribuída a Sociedade encontra-se registrada no resultado do exercício. **Empresa controlada:** Em 31 de dezembro de 2023, além de desempenhar suas operações, a Sociedade era controladora integral das empresas "CR99 Locação de Veículos Ltda. (locação de veículos, empresa pré-operacional) e WIR Autopeças Ltda. (comercialização de peças, agenciamento, corretagem ou intermediadora de serviços)".

Diretoria: **Nessim Cesar Azar** - Diretor Geral | **Aviva Azar** - Diretora Financeira | **Naladar Luiz dos Santos** - Diretor Administrativo | **Contador: Ronaldo Pedro Braga** - CRC 1SP212227/O-7

Triple Play Brasil Participações S.A.

CNPJ/MF nº 23.438.929/0001-00 - NIRE 35.300.483.260

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 27 de março de 2024, às 10h, na sede social da **Triple Play Brasil Participações S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Tomé, nº 86, 10º andar, Conj. 101, Vila Olímpia, CEP 04551-080 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração participaram da reunião por meio de videoconferência, conforme permitido pelo artigo 16, §3º do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: **Denis Marcel Ferreira**; Secretária: **Paloma Mansano Teixeira Vellasco**. **4. Ordem do Dia: (i)** Reeleição dos Diretores da Companhia, para mandatos unificados de 2 (dois) anos, contados a partir da presente data; **(ii)** a designação de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e **(iii)** a autorização para que a administração da Companhia pratique todas as providências necessárias para a formalização e efetivação das deliberações acima mencionadas. **5. Deliberações:** Após exame, discussão e revisão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovaram: **5.1.** A reeleição de todos os membros da Diretoria da Companhia, para mandatos unificados de 2 (dois) anos a contar da presente data, sendo permitida a reeleição, quais sejam: a. Denis Marcel Ferreira, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.355.181-0, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 132.146.048-13, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Jardins de Santa Mônica, nº 100, Bloco 3, Apartamento 102, Barra da Tijuca, CEP 22793-095, ao cargo de **Diretor Presidente**; b. Danilo Donati Perez, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº 33.950.702-0, inscrito no CPF/MF sob o nº 312.609.838-03, residente e domiciliado na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Mar Adriático, nº 217, CEP 06.471-002, ao cargo de **Diretor Financeiro e de Relação com os Investidores**; c. Paloma Mansano Teixeira Vellasco, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 28.744.995-6, inscrita no CPF/MF sob o nº 299.234.608-00, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Padre Antônio José dos Santos, nº 530, apto 91, CEP 04563-001, ao cargo de **Diretora Jurídica**; d. Alejandro Jose Contreras Reyes, guatemalteco, viúvo, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RNM nº V235275-Q, inscrito no CPF/MF sob o nº 217.366.238-42, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Itu, 1437, Apto 14, Cerqueira Cesar, CEP 01421-902, ao cargo de **Diretor de Marketing**; e. Anderson de Oliveira Silva, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº M.5.991.545, inscrito no CPF/MF sob o nº 017.590.427-81, residente e domiciliado na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua A13 QD 4A Lote 5, condomínio Jardins Atenas, CEP 74.885-559, ao cargo de **Diretor Comercial**; f. Alvaro Bezerra de Menezes, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 91002249514, inscrito no CPF/MF sob o nº 419.638.303-34, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tomas Carvalhal, nº 555, apartamento 52, Paraíso, CEP 04.006-001, ao cargo de **Diretor Sem Designação Específica**; g. Décio Frederico Bueno Feijó, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade RG nº 2215659 SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.579.944-59, residente e domiciliado na Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Avenida Professor Olavo Montenegro, nº 3029, Capim Macio, CEP 59078-330, ao cargo de **Diretor de Tecnologia**; h. Miguel Martins Alcantara Junior, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.748.717-0, inscrito no CPF/MF sob o nº 140.021.748-24, residente e domiciliado na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Av. Caminho do Pilar, 475, apto 81A, Vila Gilda, CEP 09190-000, ao cargo de **Diretor de Tecnologia da Informação**; e i. Simone Cristina Oechsler, brasileira, casada, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.301.429, inscrita no CPF/MF sob o nº 902.993.889-72, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pascal nº 1292, Apto. 51, edifício Maison Royale, Campo Belo, CEO 04.616-004, ao cargo de **Diretora de Recursos Humanos**. **5.1.1.** Consignar que os Diretores ora reeleitos declaram, nos termos do Artigo. 147, §1º da Lei nº 6.404/1976, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, em virtude de lei especial ou condenação criminal que os inabilitem, ainda que temporariamente, para o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou crime contra a economia popular, o Sistema Financeiro Nacional, as normas de defesa de concorrência, as relações de consumo, a fé pública, ou contra a propriedade. Os Diretores são empossados por meio da assinatura dos respectivos Termos de Posse, arquivados em Livro próprio e anexos à presente Ata, na forma do **Documento I**, autenticado pela Mesa. **5.2.** Nos termos do Artigo 15, Parágrafo 5º do Estatuto Social, a designação do Sr. Ricardo Rodriguez à posição de **Presidente do Conselho de Administração** da Companhia. **5.3.** A lavratura da ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do Artigo 130, §1º da LSA; **5.4.** A autorização para que a administração da Companhia pratique todas as providências necessárias para a formalização e efetivação das deliberações acima mencionadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas:** Mesa - Presidente: Sr. Denis Marcel Ferreira; Secretária: Sra. Paloma Mansano Teixeira Vellasco; Membros do Conselho de Administração presentes: Cayque Hilmi Hamid Demarqui, Denis Marcel Ferreira, Raghav Nayar, Ricardo Rodriguez e Mark Conrad Fortin. *(confere com o original lavrado em livro próprio).* São Paulo/SP, 27 de março de 2024. **Mesa**: **Denis Marcel Ferreira -** Presidente da Mesa, **Paloma Mansano Teixeira Vellasco -** Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 139.950/24-2 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Triple Play Brasil Participações S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 23.438.929/0001-00 - NIRE 35.300.483.260 - Código CVM nº 02519-4

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada às 20h30, do dia 26 de março de 2024, na sede da **Triple Play Brasil Participações S.A.,** localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Tomé, nº 86, 10º andar, Conj. 101, Vila Olímpia, CEP 04551-080 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 16, § 2º, do estatuto da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Presidente da Mesa: Denis Marcel Ferreira; Secretária da Mesa: Paloma Mansano Teixeira Vellasco. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** apreciação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** apreciação da proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iv)** a convocação de assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia. **5. Deliberações:** Após exame, discussão e revisão das matérias constantes na ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, unanimemente e sem reservas, deliberaram o quanto segue: **5.1.** Aprovar, com abstenção dos Srs. Denis Marcel Ferreira, as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral, conforme cópias que ficam arquivadas na sede da Companhia. **5.1.1.** Consignar que as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos documentos pertinentes, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, serão divulgados e publicados oportunamente, nos termos da legislação aplicável. **5.2.** Aprovar a proposta da administração para destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. **5.3.** Aprovar a convocação de assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia para deliberar sobre:: (a) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (b) as contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (c) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (d) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024; (e) a eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia; e (f) designação de Presidente do Conselho de Administração da Companhia. **5.4.** Autorizar os diretores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas**: Mesa: Sr. Denis Marcel Ferreira; Secretária: Sra. Paloma Mansano Teixeira Vellasco. Membros presentes do Conselho de Administração: Cayque Hilmi Hamid Demarqui, Denis Marcel Ferreira, Raghav Nayar, Ricardo Rodriguez and Mark Conrad Fortin. *(Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração Companhia).* São Paulo, 26 de março de 2024. Mesa: **Denis Marcel Ferreira,** Presidente, **Paloma Mansano Teixeira Vellasco,** Secretário. **JUCESP** nº 139.949/24-0 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - TRANSFRETUR - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO E PARA TURISMO DE SÃO PAULO E REGIÃO - Pelo presente Edital, ficam convocadas as empresas de transportes de passageiros por fretamento e turismo, integrantes da categoria econômica representada pelo **TRANSFRETUR**, para a Assembléia Geral Extraordinária, que será realizada no **dia 18 de abril de 2024**, às 17h00 em primeira convocação com 50% dos associados, para deliberação da seguinte **Ordem do Dia:** a) Questões Trabalhistas (análise e deliberação sobre as Pautas de Reivindicações dos Sindicatos dos Trabalhadores, incluindo PLR (Participação de Lucros e ou Resultados, entre outras); b) Criação Comissão de Negociação; c) Autorização para Ação de Dissídio Coletivo se necessário; d) Outros assuntos de interesse da Classe. A omissão ou ausência retira qualquer direito a futuras reclamações e submete às decisões da Assembléia Geral. São Paulo, 11 de abril de 2024. Jorge Miguel dos Santos – Presidente Executivo.

S. Magalhães S.A. Logistica em Comércio Exterior

CNPJ (MF) 58.130.089/0001-90 - NIRE 35.3.0005542-0

Extrato da Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 08/03/2024

Realizada em 08/03/2024. Local e hora: Na Sede Social, em Santos (SP), às 09 horas. **Presença**: Acionistas representando mais de 1/4 do Capital Social. **Convocação:** Editais publicados. **Mesa**: Presidente: Fernando da Cunha Magalhães Junior; Secretário: Guilherme Souza Magalhães. **Deliberações tomadas por unânimidade: AGO**: **a)** Aprovados, o Relatório dos Administradores, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2023 e publicados. **b)** Aprovado, que do Resultado Apurado no Balanço Anual da Sociedade encerrado em 31/12/2023, no valor de R$ 7.323.754,01, tenha a seguinte distribuição: **a.) R$ 1.830.938,50** a título de **Dividendos aos Acionistas**; b.) **R$ 659.137,86** a título de **Gratificação à Diretoria**; c.) **R$ 4.833.677,65** transferidos para **Reservas de Lucros**. **c) - Eleitos para a Diretoria: • Diretor Presidente**: **Fernando da Cunha Magalhães Júnior**, RG.16.589.249-3 SSP-SP, CPF. 097.766.478-39; **• Diretor Administrativo Financeiro: Guilherme Souza Magalhães,** RG.16.590.752-6 SSP/SP, CPF.121.257.788-40; **• Diretor: Sérgio Ricardo Alves de Oliveira,** RG. 17.952.133-0 SSP/SP, CPF 083.700.398-98. **• Diretor: Peter Frey Júnior,** RG. 21.437.516-X SSP/SP, CPF 133.845.218-54. **d) - Eleitos para o Conselho Consultivo: • Presidente: Fernando da Cunha Magalhães**, RG.1.607.096-3 IFP/ RJ, CPF 017.430.588-53; **• Conselheiro: Luiz Henrique Magalhães Ozores**, RG. 9.789.072-8 SSP/SP, CPF. 849.348.248-04; Aprovado que para os honorários da Presidência, Diretoria e Conselho Consultivo, o quantum global mensal será de **R$ 19.624,88. AGE: a) - Outros assuntos de interesse da Sociedade:** pediu a palavra o Presidente do Conselho Consultivo Dr. Fernando da Cunha Magalhães para comunicar que por motivos particulares solicita licença "sine die", sem remuneração, do cargo que ocupa no Conselho Consultivo da Empresa, que foi aceita por todos os presentes. **Encerramento da AGO/AGE:** Nada mais havendo a tratar, as atas que foram lidas, aprovadas e por todos os presentes assinadas. Santos, 08/03/2024. A íntegra da presente Ata está registrada na JUCESP sob o nº 140.118/24-0 em 05/04/024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BEST ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.
CNPJ Nº 59.105.643/0001-42 – NIRE Nº 35300058151
CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores Acionistas da Sociedade convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária que se realizará em 19 de abril de 2024, às 17 horas, na sede social, na Alameda Madeira, 162 – Conj. 305, Alphaville, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP: 06454-010, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação do Relatório da Administração e dos Demonstrativos Financeiros do exercício de 2023; 2) Fixação dos honorários da Diretoria; 3) Outros assuntos de interesse da Companhia. Barueri, 08 de abril de 2024. A Diretoria (9, 10, 11)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

RETIFICAÇÃO DATA DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/24 – Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação para demandas dos Jogos da Melhor Idade (JOMI), conforme especificações do Estudo Técnico Preliminar e termo de referência, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR VALOR GLOBAL**. **MODALIDADE**: Pregão Eletrônico. Em adequação de prazos **RETIFICA-SE** data de final de cadastro das propostas, ficando até as 09:00hrs do dia 17/04/2024 e a data de abertura das proposta para o dia 17/04/2024 às 09h05. Ademais ficam mantidas todas as demais cláusulas do edital.

SARA MARIA LOPES SALGADO
Diretora do Departamento de Esportes e Lazer

ALIANÇA METALÚRGICA S.A.

CNPJ/ME nº 61.143.632/0001-07 - NIRE 35300062124

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital de Convocação, ficam os senhores Acionistas da ALIANÇA METALÚRGICA S.A., convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 9 horas, na sede social da companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Freire Bastos, nº 89, Jaçanã, CEP 02261-900, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (i) Aprovação das contas da companhia do ano de 2023; e (ii) Formalização da renúncia do Diretor geral; (iii) Alteração do Estatuto Social para ratificação da Sra. Daisy Lili Maria Kehl Lowenstein como única Diretora da Companhia e (iv) outros assuntos de interesse social da Companhia.

Daisy Lili Maria Kehl Lowenstein - Diretora Presidente.

Paramount Têxteis Indústria e Comércio S .A.

Companhia Fechada

CNPJ/MF nº 61.565.222/0001-46 -NIRE 35300320069

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação

São convidados os Senhores Acionistas da **Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A.** para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem cumulativamente no dia 29 de abril de 2.024, às 14:00 horas, em sua sede social, à Av. Eusébio Matoso nº 1.375, 3º andar, bairro do Butantã, CEP 05423-905, São Paulo, SP, a fim de deliberarem sobre as seguintes Ordens do Dia: **Assembleia Geral Ordinária:** 1. Aprovação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, demais demonstrações financeiras exigidas por lei e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.023; 2. Eleição dos Membros dos Conselhos de Administração e Consultivo, e fixação de seus honorários; 3. Outros assuntos de interesse da Companhia. **Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Autorização para venda de bens imóveis de propriedade da Companhia (Art. 21, alínea "b" do Estatuto Social); 2. Outros assuntos de interesse da Companhia. Todos os documentos pertinentes às Ordens do Dia encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social.

São Paulo, 08 de abril de 2.024.

Fuad Mattar - Presidente do Conselho de Administração

SINDIJOIAS - Sindicato da Indústria de Joalheria, Bijuteria e Lapidação de Gemas do Estado de São Paulo

CNPJ/MF nº 47.463.138/0001-90

Edital de Convocação - Assembléia Geral Extraordinária

Na forma prescrita no Estatuto Social do **SINDIJOIAS - Sindicato da Indústria de Joalheria, Bijuteria e Lapidação de Gemas do Estado de São Paulo,** ficam convocadas todas suas filiadas com direito a voto e em dia com suas obrigações estatutárias, para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no **dia 17 de abril de 2024**, nas dependências da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, localizada na Av. Paulista, 1313, sala 1150, 11º andar, Bela Vista, São Paulo (SP), às 16:30 horas, em primeira convocação e às 17:00 horas, em segunda convocação, no mesmo dia e local, deliberando-se com o número de filiadas presentes, ***para o fim especial de deliberar sobre as seguintes ordens do dia:*** **1) Deliberar sobre a Pauta de reivindicações apresentada pelo SINTRAJOIAS – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria, Lapidação de Pedras Preciosas, Ourivesaria, Bijuteria, Relógios, e de Profissionais de Assistência Técnica em Relojoaria do Estado de São Paulo; 2) Deliberar dobre a contribuição assistencial patronal.**

São Paulo, 10 de abril de 2024

José Aparecido Pinto - Presidente

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CARAGUATATUBA

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – O sr. DIRETOR TECNICO III, do Centro de Detenção Provisória de Caraguatatuba, no uso de suas atribuições, faz saber que se encontra aberto Pregão eletrônico nº 90001/2024 , para Aquisição de Gêneros Alimentícios do tipo ESTOCÁVEIS – ITENS BASICOS - procedimento licitatório processo nº 006.00094729/2024-55 PROCESSO SIAFEM 20240271131, para o período de 01 de maio a 31 de agosto de 2024, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será dia 23/04/2024 às 09h00, no pelo site www.comprasnet.gov.br. O edital estará disponível em sua íntegra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES>EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultados junto ao Centro Administrativo no CDP de Caraguatatuba.

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

Lucros cessantes não são presumidos quando comprador de imóvel pede rescisão do contrato por atraso

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por maioria de votos, que o dano que poderia justificar a indenização por lucros cessantes decorrentes do atraso na entrega de imóvel não é presumível, caso o comprador, em razão da demora, tenha pedido a rescisão contratual. Ao dar provimento ao recurso de uma construtora, o colegiado estabeleceu uma distinção entre o caso sob análise e a jurisprudência da corte, que admite a presunção de lucros cessantes em razão do descumprimento do prazo para entrega de imóvel, nos casos em que o comprador deseja manter o vínculo contratual - circunstância em que ele não precisa provar os lucros cessantes, pois estes são presumidos. “Como o autor escolheu a rescisão do contrato, nunca terá o bem em seu patrimônio, de forma que sua pretensão resolutória é incompatível com o postulado ganho relacionado à renda mensal que seria gerada pelo imóvel”, afirmou a ministra Isabel Gallotti, autora do voto que foi acompanhado pela maioria da turma julgadora.

Recorrentes alegam que deixaram de lucrar com aluguel do imóvel - Na origem do caso, os sucessores do comprador acionaram a Justiça buscando a rescisão do contrato, além de perdas e danos, em função do atraso na entrega do imóvel vendido na planta pela construtora.

Repetitivo vai definir se polícia pode criar site para identificar envolvidos com pornografia infantil

Sob o rito dos recursos repetitivos, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai julgar o Tema 1.222, no qual se discute a possibilidade de agentes da Polícia Federal criarem sites ou fóruns na internet para identificação de pessoas que compartilham arquivos de pornografia infantil. A relatoria é do desembargador convocado Jesuíno Rissato. Não houve suspensão da tramitação de processos com a mesma questão jurídica. No recurso representativo da controvérsia - que tramita sob segredo de justiça -, a defesa alega que houve ilegalidade na prática adotada pela Polícia Federal durante a operação que levou à condenação de seu cliente, pois teria ocorrido o chamado “flagrante preparado”, o que violaria o artigo 17 do Código Penal.

No caso, para identificar pessoas envolvidas em crimes relacionados à pornografia infantil, os policiais criaram, com autorização judicial, um fórum virtual na deep web, voltado para conversas sobre pedofilia.

Em decorrência dessa iniciativa, o réu foi condenado a três anos de reclusão, em regime inicial aberto, e dez dias-multa, por ter disponibilizado, transmitido, publicado e divulgado vídeos e fotos com cenas de sexo envolvendo criança e adolescente.

Segundo alegou a defesa, “sem o fórum criado pela Polícia Federal, seria impossível afirmar que o recorrente teria anteriormente compartilhado material contendo pornografia infantil, ou mesmo que teria a intenção de assim o fazer”.

Encontro de vice-presidentes de tribunais termina com assinatura da Carta de Cuiabá e fortalece aproximação com o STJ

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) promoveu, nos dias 4 e 5 de abril, o Encontro Nacional de Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Enavip). No encerramento do evento, magistrados de 20 tribunais estaduais participaram da assinatura da Carta de Cuiabá.

Entre outros pontos, o documento reativa o Colégio Permanente dos Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça e estabelece o compromisso de maior diálogo entre os tribunais estaduais e os tribunais superiores - entre eles o Superior Tribunal de Justiça (STJ) - e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no intuito de aperfeiçoar o sistema de precedentes qualificados.

Estiveram presentes no encontro o assessor-chefe do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac) do STJ, Marcelo Marchiori, e a assessora Flávia Góes.

Carta de Cuiabá reforça sistema de precedentes qualificados - Para Marcelo Marchiori, a edição da Carta de Cuiabá é uma iniciativa importante, pois estabelece uma interlocução centralizada dos tribunais superiores com os tribunais de justiça e alinha esforços para diminuir a quantidade de processos que são remetidos, sobretudo, ao STJ.

“Um dos compromissos definidos é a seleção de um tema representativo da controvérsia por mês para envio ao STJ, evitando que processos idênticos sejam encaminhados ao tribunal. Isso racionaliza os recursos especiais e fortalece a instauração dos incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDRs) e dos incidentes de assunção de competência (IACs) nos tribunais locais”, destacou Marchiori.

Repetitivo vai definir se violência contra objetos, e não só contra pessoas, pode caracterizar crime de roubo

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por maioria de votos, afetar o Recurso Especial 2.046.906, sob a relatoria do desembargador convocado Jesuíno Rissato, para julgamento pelo rito dos repetitivos.

A questão submetida a julgamento, cadastrada como Tema 1.227 na base de dados do STJ, é definir “se a tipificação do crime de roubo exige que a violência empregada seja direcionada à vítima ou se também abarca os casos em que a violência tenha sido empregada contra um objeto, com o intuito de subtrair o bem”.

O colegiado decidiu não suspender o trâmite dos processos que tratam da mesma questão.

Recursos repetitivos geram economia de tempo e segurança jurídica - O Código de Processo Civil de 2015 regula, no artigo 1.036 e seguintes, o julgamento por amostragem, mediante a seleção de recursos especiais que tenham controvérsias idênticas. Ao afetar um processo, ou seja, encaminhá-lo para julgamento sob o rito dos repetitivos, os ministros facilitam a solução de demandas que se repetem nos tribunais brasileiros.

A possibilidade de aplicar o mesmo entendimento jurídico a diversos processos gera economia de tempo e segurança jurídica.

No site do STJ, é possível acessar todos os temas afetados, bem como conhecer a abrangência das decisões de sobrestamento e as teses jurídicas firmadas nos julgamentos, entre outras informações.

STF valida lei que autoriza Banco Central a adquirir papel-moeda de fornecedor estrangeiro

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) validou lei federal que autoriza o Banco Central (BC) a contratar fornecedor estrangeiro para fabricação de papel-moeda e moeda metálica, a fim de abastecer o meio circulante nacional. A decisão se deu no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6936, na sessão virtual finalizada em 8/4.

O entendimento da Corte foi de que a Constituição Federal não atribuiu diretamente à Casa da Moeda do Brasil a exclusividade dessa função e, portanto, a União pode regulamentar a matéria por meio de lei, conforme a necessidade da logística dessa atividade.

A ação foi ajuizada pelo Partido Social Cristão (PSC), que foi incorporado pelo Podemos no ano passado. A legenda argumentava que a hipótese de fabricação de papel-moeda por empresa estrangeira, prevista na Lei 13.416/2017, violaria o monopólio da Casa da Moeda e colocaria em risco a soberania nacional.

(Foto: EBC)

O relator, ministro Dias Toffoli, votou no sentido de restringir a aquisição por fornecedor estrangeiro à hipótese de comprovada impossibilidade de fornecimento pela Casa da Moeda do Brasil.

Emissão de moeda - Prevaleceu o voto do ministro Cristiano Zanin pela improcedência do pedido. Ele destacou que a Constituição Federal prevê apenas a competência exclusiva do Banco Central para a emissão de moedas, o que não pode ser confundido com atividade da aquisição de papel-moeda e moeda metálica.

Para o ministro, não há na lei questionada qualquer excesso ou incompatibilidade com o texto constitucional, mas apenas uma escolha possível do legislador quanto ao melhor modelo para suprir a demanda por papel-moeda no Brasil.

Soberania nacional - Em relação à soberania nacional, Zanin citou informações prestadas pelo BC e pelo Senado Federal de que toda operação de aquisição de numerário é cercada de elevado nível de segurança, de forma a evitar qualquer ofensa à soberania nacional ou violação a segredo de Estado.

O BC informou, ainda, que caso se mantenha a exclusividade, haverá riscos tanto de desabastecimento de numerário quanto na condução da política monetária, pois não será possível contratar fornecedor estrangeiro, em tempo suficiente, para suprir a demanda na hipótese da impossibilidade de fornecimento pela Casa da Moeda.

Seguiram esse entendimento os ministros Luís Roberto Barroso (presidente do STF), Gilmar Mendes, Luiz Fux, Edson Fachin, Alexandre de Moraes e André Mendonça.

Restrição - O relator, ministro Dias Toffoli, votou no sentido de restringir a aquisição por fornecedor estrangeiro à hipótese de comprovada impossibilidade de fornecimento pela Casa da Moeda do Brasil.

Ele foi acompanhado pela ministra Cármen Lúcia e pelos ministros Nunes Marques e Flávio Dino. Essa corrente ficou vencida.

Supremo nega recurso da PGR e mantém liberdade de empresário investigado na Operação Câmbio, Desligo

(Foto: EBC)

Em seu voto proferido na sessão de hoje, o relator, ministro Gilmar Mendes, observou que o acusado está em liberdade desde agosto de 2019, e não há notícias de quaisquer prejuízos para a aplicação da lei penal ou para o devido andamento da instrução criminal nesse período.

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a liberdade do empresário J.C.P.A, acusado da prática dos crimes de organização criminosa e de lavagem de dinheiro no âmbito da Operação Câmbio, Desligo. A decisão foi tomada na sessão de terça-feira (9). Por maioria dos votos, os ministros negaram recurso (agravo regimental) apresentado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no Habeas Corpus (HC) 173049 contra decisão do relator, ministro Gilmar Mendes, que substituiu a prisão preventiva por medidas cautelares. A PGR pretendia que fosse restabelecida a prisão, decretada em maio de 2019 pelo juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. J.C.P.A é acusado de abrir contas bancárias de empresas inexistentes, prática que receberia apoio de gerentes de bancos. De acordo com os autos, as condutas criminosas foram praticadas de forma reiterada e há indícios de que ele alugava salas para guardar cheques e valores ilícitos, inclusive a partir da produção de documentação falsa que possibilitava a abertura de empresas de fachada.

Argumentos da defesa - Entre os argumentos apresentados, a defesa alegava falta de contemporaneidade da prisão, uma vez que os fatos supostamente ilícitos são antigos, pois teriam sido praticados entre 2011 e 2016. Os advogados também sustentavam que não houve participação relevante do empresário na organização criminosa, bem como informaram que ele está em tratamento de saúde com quadro grave de depressão.

Pressupostos - Em seu voto proferido na sessão de hoje, o relator, ministro Gilmar Mendes, observou que o acusado está em liberdade desde agosto de 2019, e não há notícias de quaisquer prejuízos para a aplicação da lei penal ou para o devido andamento da instrução criminal nesse período.

Supremo decide que cabe ao Plenário julgar recursos contra decisões de ministros sobre ADIs estaduais

Compete ao Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) analisar recursos internos (agravos internos e embargos de declaração) contra decisões individuais de seus ministros em recursos extraordinários apresentados contra acórdãos de ações diretas de inconstitucionalidade estaduais. Esse foi o entendimento unânime do Supremo firmado na sessão virtual finalizada no dia 22/3.

Obrigatoriedade - A Corte analisou questão de ordem no Recurso Extraordinário (RE) 913517, acompanhando voto do relator, ministro Gilmar Mendes. A decisão passa a valer, obrigatoriamente, para todos os julgamentos iniciados a partir da publicação da ata do julgamento, mantida a validade de todas as decisões do STF anteriores a essa data.

ADI estadual - O recurso extraordinário foi apresentado pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) que manteve a validade da Lei Estadual 13.747/2009, obrigando fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para realizar serviços ou entrega de produtos aos consumidores. Para o TJ, a lei questionada não envolve matéria sobre distribuição de energia elétrica, mas apenas estabelece turnos para realização de serviços ou entrega de produtos. Com base em jurisprudência pacífica do STF sobre competência privativa da União para legislar sobre energia, o ministro Gilmar Mendes deu provimento ao recurso extraordinário para reformar o acórdão do TJ-SP e afastar a incidência da Lei estadual 13.747/2009 sobre os serviços de energia elétrica. A Assembleia Legislativa de São Paulo apresentou embargos de declaração informando que, pouco antes da decisão do ministro Gilmar Mendes, a Lei estadual 13.747/2009 havia sido revogada pela Lei estadual 17.832/2023.

STF nega pedido da X Brasil para se eximir de responsabilidade quanto às ordens do Tribunal

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido da empresa X Brasil Internet Ltda, feito no Inquérito (INQ) 4874, para que novas ordens judiciais envolvendo a plataforma X (antigo Twitter) sejam endereçadas diretamente à X Corp, estabelecida nos Estados Unidos.

De acordo com o ministro, embora a X Brasil tenha alegado não ter responsabilidade pela gestão e administração da plataforma, não podendo garantir o cumprimento efetivo e apropriado das determinações judiciais, seu contrato social revela que a empresa é “elo indispensável” para que a rede social, desenvolvida no exterior, atinja adequadamente seus objetivos no Brasil.

Em sua decisão, o ministro do STF afirma que a X Brasil atua na exposição e divulgação da rede social, o que inclui as mensagens objeto do inquérito das milícias digitais, bem como no retorno financeiro que ela proporciona. Para o ministro, está evidente que foi por meio da X Brasil que a rede social buscou se adequar ao ordenamento jurídico brasileiro, para alcançar seus objetivos, especialmente os financeiros.

O ministro afirmou que, ao pretender se eximir de responsabilidade pelo cumprimento das ordens expedidas pelo STF, utilizando o argumento de que o poder de decisão pertence às corporações internacionais que criaram a rede social, a X Brasil revela “certo cinismo, já que, conforme consta no Contrato Social a que já se fez referência, uma das chamadas operadoras internacionais do X nada mais é do que a principal sócia da empresa brasileira, detendo a absoluta maioria do capital social”.

Marco Civil da Internet - O ministro acrescentou que o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) prevê, como princípio da disciplina do uso da Internet no Brasil, a responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, fazendo com que a X Brasil tenha inequívoca responsabilidade civil e penal em relação à rede social X.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

2º CADERNO

MEDICINA & SAÚDE

Vermelhidão no rosto pode ser sintoma de doença inflamatória; conheça a rosácea e saiba como adequar o skincare à condição da pele

___ Aumento da sensibilidade exige uso de produtos específicos e adaptação de hábitos no dia a dia; abril é o mês de conscientização mundial sobre a doença

(Foto: Divulgação)

Quem tem pele sensível já está acostumado: de tempos em tempos, um teste de produto ou uma nova técnica de skincare podem acabar deixando uma sensação de desconforto no rosto por alguns dias. Mas você sabia que a vermelhidão persistente no rosto, muitas vezes associada à irritação da pele, pode ser sintoma de uma doença inflamatória? A rosácea, que afeta até 10% da população, segundo a Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), é uma condição crônica cuja principal característica é a vermelhidão na região central do rosto.

Abril é o mês de conscientização mundial sobre a doença, que afeta principalmente mulheres a partir dos 30 anos e é comumente confundida com outros problemas, como a acne – por isso, apenas um dermatologista pode diagnosticar e indicar o melhor tratamento.

Para marcar a data e ajudar a disseminar o conhecimento sobre a rosácea, Profuse, marca de dermocosmético do Aché Laboratórios, convidou a dermatologista Thatiana Hadlich Blumenberg para dar dicas de como montar uma rotina de skincare para quem sofre com ela.

"A pele com rosácea é extremamente sensível a produtos químicos e físicos como sabões, higienizadores alcoólicos, adstringentes, abrasivos e peelings, além de ser seca. Por isso, é necessário usar produtos adequados para peles sensíveis, com ativos que equilibram e reforçam a barreira de proteção da pele. Ácidos mais agressivos, como retinóico e glicólico, principalmente em altas concentrações, devem ser evitados", explica.

A recomendação é usar géis de limpeza sem sabão. Uma alternativa são aqueles com tecnologia Syndet, que higieniza a pele sem agredir. Na hora da hidratação, vale apostar em ativos como ácido hialurônico, ceramidas e niacinamida, que hidratam e fortalecem a barreira cutânea.

Para proteção solar, é essencial escolher produtos com alta proteção contra os raios UVA e UVB, já que a exposição ao sol é um dos fatores que podem piorar o quadro inflamatório. Produtos com cor ajudam a reforçar a proteção.

A médica explica que, embora adequar o skincare seja essencial para controlar o problema, alguns hábitos do cotidiano também podem agravar o quadro. "Bebidas alcoólicas, vento, frio, ingestão de alimentos quentes e atividades que aumentam a vasodilatação, como exercícios físicos e banhos quentes, e o estresse podem piorar a rosácea", afirma.

Vale lembrar que, além da vermelhidão (eritema) na região central do rosto, os sintomas da doença incluem o surgimento de telangiectasias, os vasos finos popularmente conhecidos como vasinhos, pápulas e pústulas, que lembram acne e podem evoluir para edemas e nódulos.

O tratamento pode incluir o uso de medicamentos tópicos e orais que devem ser prescritos apenas por um dermatologista.

A dermatologista ressalta ainda que, mesmo que a rosácea seja mais comum entre as mulheres, sendo que 30% das que foram diagnosticadas já possuem histórico na família, os homens também podem ter a doença. "Neles, o quadro tende a ser mais grave, evoluindo continuamente com rinofima, que é o aumento gradual do nariz por espessamento e dilatação dos folículos", diz.

Descubra como consumir conteúdos com velocidade aumentada pode impactar diretamente na saúde mental

___ Psicólogo do CEJAM explica os efeitos negativos da ação que se tornou comum na hora de assistir vídeos ou ouvir áudios na internet

(Foto: Envato)

Com o avanço da tecnologia e o ritmo acelerado da vida moderna, é comum se deparar com o excesso de informações e uma constante sensação de pressa. Nesse contexto, surgem diversas tendências para simplificar os afazeres do dia a dia, sendo o uso da aceleração em vídeos e áudios uma delas.

A prática é comum entre aqueles que desejam consumir conteúdo de forma mais rápida, seja para assistir aulas, palestras, podcasts, vídeos de entretenimento ou mesmo para ouvir áudios em conversas virtuais. A ideia por trás dessa técnica é simples: aumentar a velocidade de reprodução para que a mensagem seja transmitida mais rapidamente.

À primeira vista, consumir conteúdos dessa forma pode trazer benefícios, como economia de tempo e, até mesmo, o aprimoramento das habilidades cognitivas devido à maior exigência de concentração e atenção. No entanto, manter o hábito de apertar o botão 1,5x ou 2x de maneira desenfreada pode ter consequências diretas e bastante negativas à saúde.

"De maneira geral, a prática pode aumentar os níveis de ansiedade e estresse, principalmente em pessoas com inflexibilidade, padrões de autocobrança excessivas e esquemas de comportamentos desadaptativos", afirma Emerson Marques, psicólogo da UBS Jardim Valquíria, gerenciada pelo CEJAM - Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo.

Com isso, o uso da velocidade aumentada pode contribuir, ainda, para um estado de agitação constante e tensão emocional. Adicionalmente, a rápida sucessão de informações pode sobrecarregar o cérebro, dificultando a absorção e o processamento adequado do conteúdo consumido.

Para quem faz uso do recurso na hora de estudar, os impactos também são nítidos. A habilidade de absorver e reter informações de maneira eficaz acaba sendo comprometida, principalmente quando se trata de conteúdos complexos ou de pouca familiaridade.

"Quando usado com frequência, há a redução do prazer, como, por exemplo, aquela satisfação que temos após finalizar uma atividade. Nesses momentos de estudos, é comum o sentimento de bom aproveitamento do tempo e do conteúdo, e, em muitos casos, essa sensação acaba não existindo, já que o indivíduo passa a ter uma compreensão superficial, sem as reflexões e aprofundamentos necessários", explica o profissional.

A exposição prolongada pode contribuir no futuro para a diminuição da capacidade de atenção e foco e no desenvolvimento de hábitos impacientes, tornando difícil o envolvimento em atividades que exigem atenção prolongada.

Impactos reais - Em 2017, o Brasil já liderava globalmente em casos de transtornos de ansiedade, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2023, os brasileiros foram os que mais buscaram informações na internet sobre o tema, segundo o Google Trends, acendendo, acendendo um alerta.

Com isso, é fundamental repensar os hábitos digitais e buscar um equilíbrio saudável entre tecnologia e saúde mental. Tratando especificamente da ferramenta de aceleração, o ideal é alternar o uso com períodos de consumo normal, permitindo, assim, que o cérebro processe as informações de forma adequada e evitando sobrecargas cognitivas.

"Não é preciso abolir o uso da aceleração de velocidade, mas usá-la de maneira consciente e quando necessário, não tornando a ferramenta parte obrigatória da rotina digital", reforça Emerson.

O psicólogo também orienta a incorporar intervalos após o consumo de conteúdos digitais, para reflexões e descanso. "Não só isso, atentar-se aos próprios limites e sinais de estresse ou ansiedade também são importantes para se buscar outras estratégias de autocuidado e preservar o bem-estar emocional."

Ao adotar uma abordagem mais consciente em relação ao uso das ferramentas disponíveis, é possível construir uma cultura de saúde mental digital, onde o uso da tecnologia seja aliado ao bem-estar, e não uma fonte de problemas.

Com pequenas mudanças, é possível garantir uma relação cada vez mais equilibrada e saudável tanto no ambiente online como no offline. E, o mais importante, desacelerar um pouco.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEDICINA & SAÚDE

Brasil atinge 1.116 óbitos por dengue em 2024 e bate recorde de mortes pela doença

O Brasil atingiu na segunda-feira, 8, a maior quantidade de mortes confirmadas por dengue no País ao longo de um ano desde o início da série histórica, em 2000. De acordo com a última atualização do Painel de Monitoramento de Arboviroses do Ministério da Saúde, são 1.116 óbitos pela doença nas 13 primeiras semanas de 2024. O número supera as 1.079 vítimas registradas ao longo de todo ano passado, que detinha o recorde anterior.

Na prática, contudo, esse número tende a ser ainda maior. Segundo a pasta, 1.807 mortes ainda estão em investigação.

Em relação ao número de casos, 2024 já havia superado os anos anteriores ao final da 11ª semana. No momento, mais de 2,9 milhões de casos prováveis da doença foram registrados pelo Ministério da Saúde - o recorde anterior era de 1,6 milhão, em 2015.

São Paulo é o Estado com a maior quantidade de óbitos por dengue registrados neste ano, com 220 mortes; seguido de Distrito Federal, 205; Minas Gerais, 175; Paraná, 107; e Goiás e Rio de Janeiro, com 93.

O número de mortes em São Paulo, porém, é maior. Segundo os dados do governo paulista, já são 221 mortes pela doença, conforme mostrou o Estadão. Ou seja, uma a mais em comparação aos dados do Ministério da Saúde, que deverá acrescentar este e outros óbitos na próxima atualização do Painel de Monitoramento das Arboviroses.

Vale destacar que a SES registrou mais de 1 milhão de casos de arboviroses (dengue, chikungunya e zika) no Estado em 2024, dos quais quase metade (478 mil) são de dengue. E, entre os casos de dengue, 571 são referentes a um quadro considerado grave - quando há vazamento de plasma ou acúmulo de líquidos, levando a situações de choque ou dificuldade respiratória.

Dentre os municípios com a situação epidemiológica mais crítica, estão: Campinas, São José dos Campos, Ilhabela, Caraguatatuba, São Sebastião, Ubatuba e Ribeirão Preto.

Devido à essa situação, no último mês, tanto o Estado quanto a cidade de SP decretaram situação de emergência em decorrência da doença. Sendo que, na capital, foram registrados mais de 157 mil casos prováveis de dengue em 2024, de acordo com a atualização feita na segunda-feira pelo Ministério da Saúde.

Ainda segundo a pasta, a cidade de SP registrou 33 óbitos em decorrência da doença, sendo que outros 129 ainda estão em investigação.

Segundo o Ministério da Saúde, nas últimas semanas a dengue tem mostrado sinais de arrefecimento na maior parte do País.

O comunicado emitido pela pasta no início de abril informa que 20 unidades federativas apresentam tendência de estabilidade ou queda no número de casos da doença.

De qualquer maneira, o cenário segue sendo de alerta, segundo a pasta. Ou seja, não é hora de baixar a guarda no combate e na proteção contra o Aedes Aegypti, mosquito transmissor da doença.

CASOS DE DENGUE

Brasil registra **2.963.994 casos** nas primeiras 13 semanas deste ano

1.116 pessoas morreram por complicações da doença

Este é o maior número desde o início da série histórica

FIQUE ATENTO!!

> O vírus possui **quatro sorotipos** diferentes: DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4 — todos podem causar as diferentes formas da doença

> Uma pessoa pode ter dengue até **quatro vezes** ao longo de sua vida

> As pessoas entre **20 e 29 anos** são as que registram maior incidência da doença

> A dengue do **sorotipo 1** é a mais presente no Brasil

> A região **Sudeste** apresenta a maior concentração de casos

> O **Centro-Oeste** é a região com maior incidência de dengue no país

> **Minas Gerais** é o estado com maior número de casos

FONTE | Ministério da Saúde ® INFOGRAFFO

5 hábitos comuns que podem piorar sua saúde mental

Estresse no trabalho e má alimentação estão na lista de situações que precisam ser controladas para uma vida; psiquiatra lista mais hábitos comuns que podem piorar a saúde mental

Na América Latina, o Brasil é o país com o maior número de casos de depressão - transtorno mental que tem como sintomas sentimentos de tristeza, irritabilidade, incapacidade, isolamento social, entre outros - de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Apesar de predominante, existem outras doenças mentais que afetam o ser humano e algumas situações do cotidiano favorecem o surgimento dos sintomas.

(Foto: Canva)

Segundo o Dr. Ariel Lipman, médico psiquiatra e diretor da SIG - Residência Terapêutica, muitas situações inofensivas e comuns do nosso dia a dia podem contribuir para o surgimento e até mesmo a piora de alguns transtornos mentais. "Situações estressantes fazem parte da vida, mas é preciso ficar atento, além de estar sempre realizando atividades que ajudem a descontrair, como encontrar amigos, fazer exercícios e terapia", explica.

Pensando nisso, o profissional listou algumas situações em que devemos prestar atenção, pois podem piorar nossa saúde mental.

Trabalho em excesso - O trabalho está diretamente ligado com a saúde mental, afinal, é como passamos grande parte do nosso tempo, entretanto, quando o tempo passa do limite, isso se torna um prato cheio para o estresse, ansiedade, etc.

"É claro que tem dias que precisamos trabalhar mais, outros menos, mas quando isso se torna uma rotina, é momento de parar para prestar atenção no quanto isso vem afetando a cabeça", explica o Dr. "Organize seus horários para que você não esteja sempre cansado e estressado e separe um tempo para se divertir", completa.

Má qualidade no sono - Boas noites de sono são fundamentais para o bom humor e isso não significa dormir muito. Segundo o psiquiatra, é importante dormir, em média, 8 horas por noite, sem acordar com frequência durante a madrugada.

"Muitas pessoas que têm problemas de má qualidade no sono, apresentam piora na saúde mental. O sono em excesso ou a insônia podem ainda ser sintomas de ansiedade e depressão. Por isso, é importante investir no descanso", alerta.

Relacionamentos tóxicos - A boa relação com as pessoas próximas também são essenciais para o bem-estar e quando falamos de "relacionamentos tóxicos" não estamos falando apenas de uma relação amorosa.

O Dr. Ariel comenta que é importante manter boas relações com os pais, irmãos, colegas de trabalho e todos aqueles que estão na sua rotina. "Brigas e desentendimentos fazem parte de todas as relações, sejam elas profissionais, amorosas ou familiares, mas conviver com brigas é algo que precisa ser revisto e contornado", comenta ele.

Redes sociais - O tamanho da influência das redes sociais sobre a saúde mental e seus efeitos vêm muito sendo analisado e, de acordo com o médico, muitas horas na frente das telas pode afetar a mente por diversos motivos.

"O uso excessivo de redes sociais pode resultar em uma distorção da autoimagem ou transtorno dismórfico corporal, além de fazer com que a pessoa abandone outros hábitos para usar o celular e computador, ou seja, acabam se viciando", explica.

Alimentação inadequada - A alimentação saudável e equilibrada faz bem para a saúde de uma maneira geral e quando uma pessoa não cuida disso, pode ter diversos problemas, inclusive transtornos mentais.

Pressão alta: especialista dá dicas para prevenir a doença

Vagner Cezar, coordenador do curso de Enfermagem da Faculdade Anhanguera, alerta os principais vilões da hipertensão

Conhecida popularmente como pressão alta, a hipertensão arterial atinge cerca de 1,3 bilhão de pessoas no mundo. O dado alarmante foi divulgado no último relatório divulgado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e os dados preocupam mais conforme a idade avança: metade dos brasileiros com mais de 30 anos possui pressão alta.

"A pesquisa revela um resultado preocupante, uma vez que aponta que hábitos alimentares e boas práticas de saúde têm piorado ao longo dos últimos anos", comenta o coordenador do curso de Enfermagem da Faculdade Anhanguera, Vagner Cezar.

Parte desse agravamento se deve ao consumo excessivo de sódio, que está presente na maioria dos alimentos processados, além de fazer parte do preparo diário das refeições, seja em casa ou em restaurantes. O consumo recomendado é de 5 gramas ao dia, conforme a OMS (Organização Mundial de Saúde). "Além do grande vilão que é o sal, outros fatores contribuem nesse cenário como o sedentarismo, excesso de peso e obesidade, idade e ingestão de álcool", afirma o coordenador.

Também considerada como um dos principais fatores de risco para desenvolvimento de doenças cardíacas, a hipertensão arterial está associada a ocorrência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, responsáveis por altos índices de mortalidade, como doenças cerebrovasculares (acidente vascular cerebral), doenças cardiovasculares, doença renal crônica, dentre outras.

"A prevenção é a melhor forma de combate à doença. O paciente diagnosticado deve fazer acompanhamento médico, em que o profissional irá prescrever remédios e indicar exercícios físicos e alimentação equilibrada. Fatores genéticos e socioeconômicos também influenciam, o que devem ser considerados no tratamento", complementa o especialista.

Confira dicas para afastar a pressão alta:

- Pratique exercícios físicos regularmente com recomendação médica;
- Abandone o cigarro e evite ingestão de bebidas alcoólicas;
- Consuma alimentos ricos em fibras;
- Evite o excesso de sal e gordura na alimentação;
- Cuide de saúde da mente: estresse também pode ser fator de risco.

MEIO AMBIENTE

Ministério do Meio Ambiente reafirma que Projeto de Lei do "Oceano Sem Plástico" é prioridade

Secretário-executivo reforça apoio ao PL 2524/2022 e mantém compromisso do governo pela redução da poluição plástica, tanto na agenda nacional como internacional

Diante de representantes de 19 organizações das 80 que compõem a campanha Pare o Tsunami de Plástico, o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), José Paulo Ribeiro Capobianco, reafirmou ontem (4/4) o apoio ao Projeto de Lei 2524/2022 (conhecido como "PL do Oceano Sem Plástico"). Desde outubro do ano passado, esse Projeto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Capobianco destacou o compromisso do governo junto à sociedade civil para a adoção de medidas concretas no combate à poluição por plástico de uso único e sem reciclabilidade em todo o seu ciclo (da extração da matéria-prima à comercialização). "Esse Projeto de Lei é uma prioridade. Somos favoráveis em todo o seu conteúdo. Por essa gestão, é tratado como uma pauta positiva e favorável", enfatizou.

(Foto: Oceana/Caio Marins)

Representantes da Oceana e de 19 organizações foram recebidos pelo secretário-executivo, Paulo Capobianco.

Essa é a segunda vez que o MMA se posiciona publicamente pela instauração de um marco regulatório para a Economia Circular do Plástico no Brasil, que reduz a produção de itens de plásticos de uso único problemáticos e desnecessários. Em agosto de 2023, no lançamento da campanha Pare o Tsunami de Plástico, a ministra Marina Silva foi categórica: "Se o microplástico já chegou ao coração humano e se as evidências mostram que os oceanos não suportam mais receber esse tipo de resíduo poluente, precisamos de imediato apoiar a aprovação desse Projeto de Lei que, especialmente, chega às instâncias do Poder Público trazido pelas mãos da sociedade civil".

O reconhecimento do protagonismo de catadores e catadoras de materiais recicláveis na gestão de resíduos no país é um dos aspectos mais relevantes do PL, que propõe a inclusão desses trabalhadores no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

"Esse projeto é fundamental para nós, catadores, porque não há valor algum no plástico descartável de uso único e sem reciclabilidade, que é jogado no lixo. Esse material volta ao meio urbano, aos aterros, rios e oceano como um poluidor e ainda vira reservatório para o mosquito da dengue", observou Ronei Alves, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Considerando que além da poluição do meio ambiente, microplásticos estão no sangue, leite, pulmão e coração humanos, Lara Iwanicki, gerente sênior de advocacy da Oceana, afirmou: "Diante da dimensão preocupante da poluição por plásticos no Brasil e no mundo, é fundamental que o MMA não só se posicione de modo firme em favor de uma regulamentação nacional, mas avance com propostas concretas também em relação ao Tratado Global Contra a Poluição Plástica, sendo conduzido pela ONU. Precisamos urgentemente frear esse tsunami de plástico, que não tem fronteiras entre estados, regiões ou países".

O fundador do Instituto Ecosurf, João Malavolta, apresentou uma situação comum para as organizações que realizam ações no litoral. "Quando fazemos limpezas de praias, o resíduo mais encontrado é o plástico descartável de uso único. Precisamos, com urgência, olhar para as áreas que têm um passivo ambiental significativo de plástico. No ano passado, tiramos 10 toneladas de resíduo plástico, com uma grande quantidade de descartável de uso único, do Parque Estadual Ilha do Cardoso, no litoral paulista. De quem é a responsabilidade por essa poluição toda? E quem paga por isso?", questiona ele.

A comitiva de organizações se reuniu com a equipe ministerial na sede do MMA, em Brasília. Estiveram presentes representantes da ACT Promoção da Saúde, Aliança Resíduo Zero Brasil (ARZB), Associação Alternativa Terrazul, Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema), Instituto Aqualung, Instituto Ecosurf, Instituto Geração Oceano X (GOX), Instituto Mar Urbano (IMU), Instituto Perifa Sustentável, Instituto Pólis, Jovens pelo Clima, Liga das Mulheres pelos Oceanos, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Oceana, Pimp My Carroça, Rede Oceano Limpo RJ, Sea Shepherd Brasil, Voz dos Oceanos e WWF-Brasil.

*O Brasil precisa avançar - O Projeto de Lei (PL) 2524/2022 foi construído de maneira plural, com organizações da sociedade civil, representantes de movimentos sociais e associações, como catadores de material reciclável, e representantes de associações das indústrias de materiais alternativos ao plástico, como papel, alumínio e vidro.

Ele propõe um novo modelo de produção e uso que vai reduzir a quantidade de plástico descartável colocado no mercado, mantendo os itens em circulação por meio do reuso e da reciclagem. Nasceu, portanto, alinhado com as mais avançadas discussões no mundo sobre a poluição por plástico, hoje, apontada pela ONU como a segunda maior ameaça ambiental ao planeta, precedida apenas pela emergência climática.

Aumento do nível do mar deve afetar 1,3 milhão de brasileiros em 2030

Inundações costeiras por consequência das mudanças climáticas devem impactar quase 100 milhões de pessoas no mundo até o fim do século, aponta novo estudo

(Foto: Divulgação)

Inundações costeiras por consequência das mudanças climáticas devem impactar quase 100 milhões de pessoas no mundo até o fim do século, aponta novo estudo

O aumento do nível do mar por consequência das mudanças climáticas deverá, até o final deste século, colocar em risco de inundações terras que hoje abrigam quase 100 milhões de pessoas no mundo. No Brasil, 2,1 milhões de pessoas serão afetadas por alagamentos anuais nas regiões costeiras até 2100, aponta novo estudo da organização independente de cientistas Climate Central.

O relatório Estado do Clima Global 2023, da Organização Meteorológica Mundial (OMM), lançado em março deste ano apontou que 2023 foi o ano mais quente já registrado e que o nível médio do mar global atingiu um nível recorde na série de dados de satélite (desde 1993), refletindo o contínuo aquecimento dos oceanos bem como o derretimento de geleiras e calotas de gelo. Segundo dados analisados pela OMM, a taxa de aumento médio do nível do mar global nos últimos dez anos (2014-2023) é mais que o dobro da taxa de aumento do nível do mar na primeira década do registro por satélite (1993-2002). O aquecimento do planeta e consequentemente dos oceanos são efeito das emissões de gases de efeito estufa, sendo a queima dos combustíveis fósseis a principal responsável pelo aumento desses gases na atmosfera.

À medida que os mares sobem, as terras que antes estavam seguras passam a ficar sob risco de inundação, expondo os residentes a ameaças cada vez maiores. Os novos dados analisados pelos pesquisadores da Climate Central mostram que, até 2100, as zonas de risco se estenderão mais alto e mais para o interior das regiões costeiras, em áreas onde 93 milhões de pessoas vivem atualmente.

No Brasil, a população na zona de risco de inundação costeira anual em 2030 deverá ser de 1.3 milhão de pessoas. Até 2100, esse número deverá aumentar 68%, com 2,1 milhões de pessoas convivendo com a ameaça de inundações anuais.

*Ameaça global - Em alguns países, o risco de inundação costeira até o final do século aumentará drasticamente o número e a proporção de residentes potencialmente expostos a danos, perturbações e perdas durante tempestades.

A China, por exemplo, tem aproximadamente 52 milhões de pessoas vivendo na zona de risco onde se espera que as inundações costeiras ocorram pelo menos uma vez por ano, em média, até 2030. Esse risco se expande até 2100 para terras onde vivem atualmente mais 29 milhões de pessoas.

No Vietnã, onde 18 milhões de pessoas vivem na zona de risco em 2030, espera-se que a elevação dos mares até 2100 ameace as terras que hoje abrigam mais 7 milhões de pessoas. Se atingir esse ponto, a zona de risco anual de inundação cobrirá uma área onde hoje vive 30% da população do país.

O risco anual de inundação até 2100 se expandirá para terras onde vivem mais de 10 milhões de pessoas em Bangladesh, 8 milhões de pessoas na Índia, mais de 6 milhões de pessoas na Indonésia e 5 milhões no Japão. Essas mudanças forçarão grandes comunidades a se adaptarem a ameaças mais graves e mais frequentes de inundações costeiras.

As estimativas vêm da análise atualizada da Climate Central sobre elevações globais e projeções de risco de inundação costeira, com base no cenário mais recente de emissões médias a altas do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), aplicada a dados populacionais para determinar o número de pessoas que vivem hoje em áreas que se espera que sofrerão mais inundações costeiras devido ao aumento do nível do mar.

A análise foi baseada em uma atualização extensa, de março de 2024, do CoastalDEM, o modelo de elevação digital orientado por IA da Climate Central. (O CoastalDEM é o conjunto de dados globais de menor erro de alturas de terras costeiras, conforme avaliado em relação a um conjunto de dados de referência global).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEIO AMBIENTE

Semil acompanha soltura de araras-azul-de-lear em área protegida da Bahia

Nove indivíduos passaram com sucesso pelo processo de readaptação e já estão no único habitat natural da espécie, ameaçada, no mundo

(Foto: Divulgação/ Luciano Candisani)

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) participou da soltura de um grupo formado por nove araras-azuis-de-lear (Anodorhynchus leari), efetivada no dia 19 de março, com sucesso, no único habitat natural da espécie no mundo, em uma região de caatinga no nordeste da Bahia. Seis indivíduos estavam sob cuidados da Semil, por meio do Núcleo de Conservação da Fauna Silvestre (CECFau), no município de Araçoiaba da Serra (SP), enquanto as demais estavam sob responsabilidade do Zoológico de São Paulo (Zoo SP).

O início do processo para soltura começou com a realização de uma série de exames de saúde das aves e, posteriormente, com todo o preparo e suporte para o envio para a Bahia, em 11 de dezembro de 2023, dos seis indivíduos da espécie - sendo quatro fêmeas e dois machos; desses, cinco são filhotes nascidos no CECFau. Após mais de três meses de adaptação e treinamento na ASAS, no dia 19 de março de 2024, começou o processo da chamada soltura branda (quando os animais são soltos, mas permanecem continuamente monitorados, com suplementação alimentar e podendo pernoitar no recinto, caso queiram), que foi concluído com sucesso. As araras-azuis-de-lear foram encaminhadas para a Área de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) Boqueirão da Onça, localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) Boqueirão da Onça, na Bahia, onde ficam sob responsabilidade do Grupo de Pesquisa e Conservação da arara-azul-de-lear. Vale salientar que todas as aves aprenderam a reconhecer e a consumir o coco do Licuri, espécie de palmeira típica da região, resistente ao clima árido. As aves, desde cedo, apresentaram bom desempenho em voo.

"Essa é uma grande conquista para a Semil, que busca se tornar referência na conservação de espécies ameaçadas da nossa fauna", comemora a coordenadora de Fauna Silvestre da pasta, Patrícia Locosque Ramos. "Além das pesquisas com uma espécie ainda pouco estudada, o CECFau contribui com o reforço demográfico e genético para ela na natureza. Entender a importância desses animais para nossa biodiversidade é primordial, e por isso iremos atuar cada vez mais na conservação das araras-azul-de-lear", acrescenta.

Vale lembrar que a Semil, por meio do CECFau, integra o Programa de Manejo Populacional da Arara-azul-de-lear desde 2015, com o objetivo de auxiliar na conservação da espécie por meio de ações como as de projetos de conservação integrada. Desde 2019, 22 filhotes nasceram no núcleo e, ao todo, 10 indivíduos já foram enviados para soltura na região do Parque Nacional do Boqueirão da Onça, na Bahia.

O projeto de reintrodução é complexo, minucioso e envolve vários atores. O papel da Semil é o de obter a reprodução em cativeiro e enviar os indivíduos para a área de soltura, onde ficam meses em treinamento conduzido pela equipe específica do programa. "As solturas são feitas em épocas específicas do ano e dependem de alguns fatores, como disponibilidade de aves, oferta de cocos de licuri na natureza (principal item alimentar da espécie), e recurso financeiro para manutenção da equipe em campo para o processo de treinamento, aquisição de equipamentos e posterior monitoramento continuado. As solturas tiveram início em 2019, e são financiadas pela Enel Green Power Brasil. Este projeto é desenvolvido com o apoio de mais de 20 instituições parceiras, dentre órgãos ambientais do governo brasileiro, instituições nacionais e internacionais mantenedoras das aves e que reproduzem a espécie, e outras instituições de pesquisa; além do apoio essencial da comunidade local", explica Erica Pacífico, pesquisadora coordenadora do Grupo de Pesquisa e Conservação da Arara-azul-de-lear.

*Sobre o trabalho de São Paulo para a conservação da arara-azul-de-lear

O governo de São Paulo recebeu o primeiro exemplar da espécie no ano de 1986, nas instalações da Fundação Zoológico de São Paulo, onde permaneceu por 10 anos. A partir daí novos indivíduos foram recebidos oriundos do tráfico, em sua grande maioria, e passaram a ser alojados em recintos fora da exposição ao público. Em 13 de abril de 2015, após longos esforços, foi registrado o primeiro nascimento de arara-azul-de-lear sob cuidados humanos no Brasil. O filhote foi batizado como "Teobaldo". Especificamente no CECFau, os primeiros exemplares chegaram em 2015, quando houve a continuidade no trabalho de pesquisa, manejo e reprodução da espécie, que resultou no primeiro nascimento em 2018. Desde então, já são 22 filhotes registrados.

Governo federal lança parceria com municípios para combater desmatamento e incêndios florestais na Amazônia

Programa de R$ 730 milhões promoverá desenvolvimento sustentável e direcionará recursos proporcionais à redução do desmatamento

O governo federal lançou na última terça-feira (9/4) o programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia, que prevê investimentos de R$ 730 milhões para promover o desenvolvimento sustentável e combater o desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios prioritários na Amazônia. Os municípios aptos a participar da iniciativa foram responsáveis por cerca de 78% do desmatamento no bioma no ano de 2022.

Cinquenta e três municípios aptos aderiram ao programa, responsáveis por 59% do desmatamento na Amazônia. Os 17 restantes ainda podem firmar o termo de adesão até 30 de abril.

Participaram da cerimônia o presidente Lula, a ministra Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima), e os ministros Rui Costa (Casa Civil), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar), Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) e André de Paula (Ministério da Pesca e Aquicultura). Representantes de 24 municípios, incluindo 14 prefeitos, acompanharam o lançamento.

(Foto: Ricardo Stuckert/PR)

Lançamento do programa União com Municípios, no Palácio do Planalto.

O programa União com Municípios receberá R$ 600 milhões do Fundo Amazônia e R$ 130 milhões do Floresta+. A iniciativa é parte do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), relançado em junho de 2023, após suspensão na gestão anterior.

Os recursos serão destinados a ações nos municípios a partir da lógica do "pagamento por performance": quanto maior a redução anual do desmatamento e da degradação, maior o investimento. O parâmetro será o sistema de monitoramento Prodes, do Inpe

O Prodes calcula a taxa anual de desmatamento, medida de agosto de um ano a julho do ano seguinte. Para 2024, será considerado o índice calculado entre agosto de 2022 e julho de 2023.

Apenas por aderirem à iniciativa, todos os municípios receberão R$ 500 mil em equipamentos e serviços para a estruturação de escritórios de governança que melhorem a gestão ambiental, a cooperação entre governos municipais e federal e o monitoramento do desmatamento.

Os investimentos chegarão aos municípios em bens e serviços e pagamentos por serviços ambientais. O programa, construído a partir de reuniões com deputados, senadores, prefeitos e representantes municipais, apoiará ações como regularização fundiária e ambiental em glebas públicas federais para a agricultura familiar e implementação de sistemas agroflorestais.

Outras iniciativas incluem assistência técnica para a produção e acesso aos mecanismos de financiamento e implementação de brigadas municipais para a prevenção e combate a incêndios. Também haverá pagamentos por serviços ambientais para produtores que conservarem florestas e fortalecimento do setor ambiental da prefeitura.

Além da assinatura do prefeito, é necessário que o termo de adesão seja ratificado por pelo menos um vereador — preferencialmente, o presidente da Câmara. Em até 90 dias, ao menos um deputado estadual e um deputado federal ou senador do Estado devem declarar por escrito apoio à adesão.

Os participantes precisarão se comprometer com ações para a redução contínua do desmatamento e degradação florestal e disponibilização de corpo técnico que atue como ponto focal para o programa. Outros critérios são a existência de secretaria municipal responsável por políticas de meio ambiente ou sustentabilidade e realização de reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente em até 90 dias, com participação de representantes da sociedade.

Os municípios serão priorizados em ações de apoio à regularização ambiental e fundiária, de análise de requerimento de desembargo, de fomento à recuperação de vegetação nativa, entre outros incentivos. Serão beneficiados exclusivamente imóveis rurais inscritos e regularizados no Cadastro Ambiental Rural.

Metas para 2026

O programa União com Municípios foi oficialmente instituído pelo Decreto nº 11.687, assinado pelo presidente Lula em 5 de setembro de 2023. A lista de municípios prioritários e os critérios para escolhê-los foram determinados pelas Portarias GM/MMA nº 833 e 834, de 9 de novembro de 2023.

Os termos do programa foram detalhados na Portaria GM/MMA nº 1.030, assinada pela ministra Marina Silva em 3 de abril de 2024. O documento determina também criação de uma Comissão de Coordenação e Monitoramento do Programa União com Municípios, que estabelecerá novos períodos de adesão ao programa.

A comissão será responsável ainda por monitorar a implementação da iniciativa, decidir medidas de aprimoramento, propor novos critérios de elegibilidade e decidir sobre a repartição de recursos e novos aportes. O grupo terá representantes do MMA, do ICMBio, do Ibama e do Serviço Florestal Brasileiro.

Metas previstas para o programa até 2026 incluem a implementação de escritórios de governança, no primeiro ano do programa, nos 53 municípios prioritários que já declararam adesão, além de ações de regularização ambiental e fundiária em glebas públicas federais não destinadas. Também há objetivo de criar ao menos 30 brigadas municipais de prevenção e combate a incêndios florestais.

A expectativa é que ao menos 30 mil famílias sejam beneficiadas com pagamentos por serviços ambientais e ações de assistência técnica. Os pagamentos de serviços ambientais para assentamentos, por meio do Projeto Floresta+, beneficiarão 22 mil famílias ainda em 2024.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

A cerimônia no Palácio do Planalto também teve assinatura de decreto que institui o conselho consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. Instituído pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, de 2006, o fundo é destinado ao fomento e desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal e à promoção da inovação tecnológica no setor.

Atualmente com cerca de R$ 1,5 milhão em caixa, o fundo recebe recursos de concessões florestais, entre outros. Deve apoiar principalmente pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal; assistência técnica e extensão florestal; recuperação de áreas degradadas com espécies nativas; aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais; controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamento; capacitação em manejo florestal; educação ambiental; proteção do meio ambiente e conservação de recursos naturais.

O conselho passará de sete para 14 membros, com ampliação de vagas para organizações que representem movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais e trabalhadores.

A nova formação do conselho consultivo incluirá um representante do Sebrae e um dos trabalhadores, que será indicado pela Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias de Construção e de Madeira. Haverá também três novos representantes da sociedade civil.

A primeira reunião do conselho terá como pauta a análise da aplicação dos recursos referentes à 2023 e avaliação do primeiro Plano Plurianual de Aplicação Regionalizada para o período de 2024 a 2027. O plano terá como foco os temas de manejo florestal, restauração e serviços ambientais com foco em iniciativas que envolvam territórios de uso comunitário ou familiar.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676